

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DAS HUMANIDADES
LICENCIATURA EM HISTÓRIA
UNIDADE CURRICULAR: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

IGOR NICHETTI DOS SANTOS

**POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DO CENTRO DE BENTO GONÇALVES:
ARQUEOLOGIA URBANA EM UMA CIDADE DE COLONIZAÇÃO ITALIANA**

CAXIAS DO SUL

2019

IGOR NICHETTI DOS SANTOS

**POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DO CENTRO DE BENTO GONÇALVES:
ARQUEOLOGIA URBANA EM UMA CIDADE DE COLONIZAÇÃO ITALIANA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte das exigências para obtenção de graduação em Licenciatura em História pela Universidade de Caxias do Sul, na Área de Conhecimento das Humanidades.

Orientador Prof.: Dr. Ramon Victor Tisott

CAXIAS DO SUL

2019

IGOR NICHETTI DOS SANTOS

**POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DO CENTRO DE BENTO GONÇALVES:
ARQUEOLOGIA URBANA EM UMA CIDADE DE COLONIZAÇÃO ITALIANA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte das exigências para obtenção de graduação em Licenciatura em História pela Universidade de Caxias do Sul, na Área de Conhecimento das Humanidades.

Aprovado em 05 de dezembro de 2019.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ramon Víctor Tisott
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof^a. Dr^a. Terciane Ângela Luchese
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dr^a. Grasiela Tebaldi Toledo
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN-RS

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos professores que me ajudaram imensamente para fazer com este trabalho se tornasse realidade. Meu orientador Ramon por todo o apoio e suporte durante este ano, todas as dicas, correções e risadas. Agradeço também à professora Grasiela pela ajuda desde a escolha do tema e suas dicas ao longo de todo o processo, bem como por despertar meu gosto pela arqueologia com seus cursos de extensão que foram essenciais para minha formação. Profissionais como vocês me motivam a seguir pesquisando, mesmo com todos os revezes que nosso tempo apresenta, e terão sempre minha admiração.

Em segundo lugar gostaria de agradecer à minha família pelo suporte ao longo de todos os anos de graduação, por darem importância à educação ao longo de todo meu crescimento e me fornecerem condições de cursar o ensino superior, além de serem meu suporte financeiro em momentos que o salário não se fazia suficiente para custear meu estudo.

Gostaria de agradecer também a todos que me apoiaram no momento em que decidi depois de cinco semestres cursados trocar de curso, uma das decisões mais acertadas que tomei ao longo deste período na universidade. Por último agradeço a todos os meus amigos que estiveram comigo ao longo de todo o processo, bem como os que fiz neste curso e espero levar para a vida toda. Angela, Alessandra, Edgar, Erick, Guilherme, Giovanni, Júlia, Karine, Magdiel, Muriel, Ramona, Vanessa, William, e todos os demais que não nomeiei aqui, muito obrigado por todo o apoio, conversas e mesas de bar que dividimos, também por serem minha inspiração para sempre ser melhor. Enfim, obrigado!

[...]

(e vá alguém saber

quanta coisa se fala numa cidade

quantas vozes

resvalam por esse intrincado labirinto

de paredes e quartos e saguões, de

banheiros, de pátios, de quintais

VOZES

entre muros e plantas,

risos

que duram um segundo e se apagam)

[...]"

Ferreira Gullar, em "Poema sujo"

RESUMO

Partindo dos questionamentos de que seria Bento Gonçalves uma “cidade arqueológica”? Podemos encontrar na área urbana desse município vestígios arqueológicos das primeiras instalações dos imigrantes italianos? O trabalho aqui desenvolvido tem como seu principal objetivo compreender a evolução do centro urbano da cidade de Bento Gonçalves, localizando as áreas das primeiras instalações ocupadas pelos imigrantes italianos, percebendo a potencialidade da presença de vestígios arqueológicos.

Como motivações para o desenvolvimento da pesquisa estão a necessidade de defesa do patrimônio em constante destruição no centro urbano, bem como a abertura do campo para futuros estudos arqueológicos no centro da cidade.

Para a análise aqui desenvolvida utilizam-se diversos tipos de fonte histórica, como fotografias, relatórios oficiais, relatos de imigrantes, o inventário do patrimônio edificado do município, além da própria historiografia local. Por meio da análise destas fontes é possível perceber a presença latente do fenômeno da imigração italiana como formador da identidade da população bem como do município, além das informações sobre os regiões de ocupação, que nos dão a base para o desenvolvimento do estudo de potencial.

Por fim, foi possível verificar a presença de dois principais estratos referentes a este fenômeno no centro de Bento Gonçalves, sendo o primeiro do final do século XIX e o segundo referente ao início do século XX. Bem como foi possível verificar as diferentes potencialidades nestes pontos: as vias, praças, edificações, entre outras. Destaca-se a possibilidade do desenvolvimento de práticas de Arqueologia Pública na região, com o objetivo de auxiliar na preservação do patrimônio ali presente.

Palavras-Chave: Bento Gonçalves. Potencial Arqueológico. Arqueologia Urbana.

ABSTRACT

Starting from the questions as, is this an “archaeological city”? And can we find in the Bento Gonçalves urban area archaeological remains about the first installations of Italian immigrants? The work developed here has as its main objective to understand the evolution of the Bento Gonçalves's urban center, locating the areas of the first installations occupied by Italian immigrants, realizing the potential of the presence of archaeological remains.

The motivations for the research development are the need to defend the heritage of the the urban center thats in constant destruction, as well the field opening for future archaeological studies at the city center.

For the analysis developed here I use various types of historical source such as photographs, official reports, immigrant reports, the built heritage inventory of the municipality, and the local historiography itself. Through these sources analysis it is possible to notice the latent presence of the Italian immigration phenomenon as forming the population identity as well the municipality. This sources also give us information about the regions occupation, which give us the basis for the study development of the potential.

Finally it was possible to verify the presence of two main strats referring to this phenomenon in the Bento Gonçalves's center, the first one from the 19th century end, and the second referring to the 20th century beginning. As it was possible to verify in these points the different potentialities: as the roads, squares, buildings, among others. I highlight the possibility of development of the Public Archeology practices in the region, with the objective of assisting in the preservation of heritage present there.

Keywords: Bento Gonçalves. Archaeological Potential. Urban Archeology.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. MEMÓRIA, IDENTIDADE E PRESERVAÇÃO	16
2.1 A MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA E SUAS REPRESENTAÇÕES	16
2.2 A IDENTIDADE IMIGRANTE E SUA CONSTRUÇÃO	18
3. A FORMAÇÃO DA PAISAGEM	26
3.1 FINAL DO SÉCULO XIX: A SEDE DA COLÔNIA EM SEUS PRIMEIROS ANOS	27
3.2 INÍCIO DO SÉCULO XX: O CENTRO DA CIDADE COMEÇA A TOMAR FORMA	34
4. O POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DO CENTRO DE BENTO GONÇALVES	40
5. CONCLUSÃO	48

1. INTRODUÇÃO

Ao caminhar pelas ruas de uma cidade frequentemente encontramos traços da história em sua paisagem, sejam eles nos patrimônios edificados, ou até em pequenos detalhes quase escondidos pelas construções contemporâneas. Bento Gonçalves não foge a esta característica, em especial a região central da cidade, onde diversos edifícios estão preservados, com datas do início do século XX marcadas em suas paredes, compondo a paisagem desta urbe. Relacionando-se a esses edifícios está o tema da imigração italiana, que encontra-se presente no senso comum da população, seja pela exploração destes patrimônios para o turismo ou pelas inúmeras heranças culturais provenientes de tal fenômeno que seguem presentes no dia-a-dia da população.

A importância da característica acima na formação da identidade da cidade e da população é indiscutível, nos apresentando a necessidade de explorá-la e entendê-la. Partindo do exposto, surge o questionamento: seria esta uma “cidade arqueológica”? Podemos encontrar na área urbana do município de Bento Gonçalves vestígios arqueológicos das primeiras instalações dos imigrantes italianos?

Vale aqui destacar que trago estes questionamentos não somente a partir das características deste espaço, mas, também, muitas das análises aqui desenvolvidas tratam de minha experiência como natural e morador do município de Bento Gonçalves. Ao longo dos vinte e três anos que resido no município e ocupo os espaços aqui estudados, bem como faço parte e convivo com a população aqui analisada, foi possível observar muitos dos processos a partir do senso comum, e que aqui me proponho a tratar e apresentar com um novo olhar.

A imigração para a região teve início na década de 1870, fundando a chamada Colônia Dona Isabel, com predominância de imigrantes vindos da região do Vêneto na Itália (CAPRARA; LUCHESE, 2005). Diversos aspectos deste fenômeno já foram explorados por estudos e políticas de preservação, principalmente ligados ao âmbito cultural e arquitetônico. O tema da presente pesquisa trata de um novo aspecto para visualização de tal movimento: a arqueologia da cidade, a busca por vestígios destas ocupações passadas que ainda possam estar enterrados no subsolo da parcela

urbana da cidade, bem como ainda analisar sob um olhar arqueológico os bens que estão em superfície, por meio de uma Arqueologia da Paisagem.

O potencial arqueológico define-se pela “probabilidade de existência de vestígios culturais que nos remetam a ocupações pretéritas” (OLIVEIRA, 2005, p. 5), portanto, este trabalho trata da busca de áreas na cidade de Bento Gonçalves que possam contar com tais vestígios da cultura material relacionados à ocupação inicial dos imigrantes italianos. Com a abertura do campo para futuras explorações de tais áreas, tendo-as já identificado, é possibilitada também uma nova visão para preservação desta cultura, que no momento permanece apenas oculta, enterrada sob a característica urbana da cidade.

Portanto, o objetivo principal desta pesquisa é compreender a evolução¹ do centro urbano da cidade de Bento Gonçalves, localizando as áreas das primeiras instalações ocupadas pelos imigrantes italianos, percebendo a potencialidade da presença de vestígios arqueológicos e documentando-a por meio de uma representação cartográfica, que será a Carta de Potencial Arqueológico do Centro de Bento Gonçalves. Para o desenvolvimento deste trabalho serão utilizadas algumas fontes referentes ao final do século XIX e início do século XX, como fotografias da área urbana, os relatórios consulares, relatórios do Ministério da Fazenda, o inventário do patrimônio arquitetônico do município, além da historiografia local, que nos dá base para analisar os mesmos.

Ao tratar do diagnóstico de um potencial arqueológico da cidade buscando inspiração em fontes históricas sobre a parcela urbana do município, apenas é possível identificar as áreas relacionadas a esta característica da colonização italiana. Por meio da elaboração deste trabalho, porém, busco dar subsídio para abertura do campo de estudos arqueológicos na cidade, visto que todos os sítios registrados no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em um total de 37 pertencentes a Bento Gonçalves (CADASTRO², 2019), tratam de regiões distantes do centro urbano. Também observa-se a característica de que todos os

¹ Utiliza-se aqui o termo “evolução” em referência à nomenclatura do campo de estudo “Evolução Urbana”, porém, conceitualmente considero a palavra “transformação” mais adequada para explicação deste tipo de fenômeno.

² Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) - Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>. Acesso em 11/10/2019.

sítios são classificados como pré-coloniais, relacionando-se à característica que o campo teve até pouco tempo de inobservância dos sítios históricos referentes a migrantes, apenas eram cadastrados alguns com relação à colonização portuguesa e jesuíta. Com possíveis escavações na área de estudo deste projeto, pode-se superar esta ausência de fontes sobre os períodos anteriores à chegada dos italianos na região seja superada, visto que “a arqueologia é capaz de dar voz às ‘maiorias silenciosas’ que estão representadas nos registros materiais, à luz de seus interesses e perspectivas” (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008, p.19).

A colonização italiana no sul do Brasil teve seu auge no final do século XIX, tendo seu início na região da atual Serra Gaúcha com as colônias Dona Isabel e Conde D’eu, criadas pelo governo da província no ano de 1870, atuais municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi, posteriormente no ano de 1875 foi criada a colônia Fundos de Nova Palmira, atual município de Caxias do Sul (CAPRARA; LUCHESE, 2005, p. 19). O foco dado aqui na pesquisa é para o caso da cidade de Bento Gonçalves, que começa a receber imigrantes a partir da década de 1870, onde a antiga vila de Cruzinha passa a se chamar Colônia Dona Isabel, através do Acto de 24-05-1870, assinado pelo Governo da Província, desejando ampliar a área de colonização (DE PARIS, 2006, p. 40).

O início da instalação dos colonos na região foi permeado por diversas dificuldades, porém segundo os relatórios consulares a população da colônia no período pré emancipação já passava os 6 mil habitantes, sendo em sua massiva maioria imigrantes italianos (DE PARIS, 2006, p. 48-49). No ano de 1890 foi decretada então a emancipação do município com o nome de Bento Gonçalves, através da qual iniciaram-se as aspirações para o crescimento da região. Tal processo foi gradual, inicialmente com uma grande variedade de oficinas de manufaturas por todo o interior do município, as quais dão origem posteriormente às principais indústrias locais, processo intensificado após a instalação da estação ferroviária em 1919, ligando a cidade a Caxias do Sul, Garibaldi, Carlos Barbosa e Montenegro, aquecendo o mercado de exportação de produtos para as demais províncias (DE PARIS, 2006, p. 81-82).

Poucos anos após a chegada da ferrovia, também foi instalada no município a energia elétrica no ano de 1923, gerando um crescimento contínuo das fábricas

locais, impulsionando também o crescimento populacional que já chegava a 21 mil habitantes em 1925, junto com o qual o município foi tomando seu caráter de centro urbano (CAPRARA; LUCHESE, 2005, p. 162).

Ver em cidades como esta um potencial para estudos arqueológicos é algo relativamente recente no Brasil. Segundo Oliveira, “durante muito tempo os arqueólogos olharam as cidades como áreas desprovidas de interesse. O espaço urbano era considerado um local onde tudo havia sido alterado e destruído.” (OLIVEIRA, 2005, p. 34). Porém ao entrarmos na discussão da cidade como um sítio arqueológico é importante a distinção entre arqueologia *na* cidade, e arqueologia *da* cidade, que é o campo onde se encaixa este trabalho.

Todo o debate da arqueologia urbana enquanto uma arqueologia na cidade ou uma arqueologia da cidade reside nas distintas compreensões acerca das relações espaciais que se desenvolvem em um ambiente urbano. Reconhecer uma cidade enquanto uma grande unidade, seja tratando-a como uma cidade-sítio ou como uma paisagem, implica admitir que os lugares onde as coisas estão são importantes dentro de uma rede maior de lugares e relações; que pode haver diferentes usos e culturas materiais em distintas áreas da cidade que se relacionam à vida urbana em geral. (CAINO, 2012, p. 140)

O espaço é visto como o centro das atenções durante as transformações da cidade ao longo dos anos de sua evolução urbana, sendo necessário o “reconhecimento do espaço como uma força geradora, como formador de processos sociais, identidades e ações” (CAINO, 2012, p. 141). A importância do espaço neste processo nos possibilita a exploração de sua cultura material como fonte para o estudo de todas estas relações, não somente do espaço por si próprio.

A evolução urbana tem em si própria uma vilã para com o patrimônio arqueológico, pois “o conflito entre o desenvolvimento urbano e a preservação dos recursos arqueológicos tem resultado em prejuízos ao patrimônio arqueológico, destruindo bens únicos, finitos e não-renováveis” (OLIVEIRA, 2005, p. 4). O objetivo ao realizar a pesquisa é de adotar um caráter protecionista para com o que resta de tal patrimônio, pois “a legislação brasileira protege os sítios arqueológicos, porém não consegue contemplar a complexa realidade das áreas urbanas, no que diz

respeito a recursos arqueológicos não identificados” (OLIVEIRA, 2005, p. 5), vendo-se aqui a necessidade de identificá-los para possibilitar a sua preservação.

A identificação por meio do potencial arqueológico que se define, como citado anteriormente, por “probabilidade de existência de vestígios culturais que nos remetam a ocupações pretéritas” (OLIVEIRA, 2005, p.5), tem a função de localizar nesse centro urbano os locais passíveis de preservação e exploração, devido às características que apontam a presença de tal potencial.

O ponto de partida tomado e a principal motivação para pensar a presença do patrimônio arqueológico foi a presença de estruturas arquitetônicas preservadas no centro da cidade, espaço que será o foco da pesquisa, e como define Thiessen:

A arquitetura é a mais evidente forma de organização espacial numa paisagem urbana. Constitui-se, portanto, no mais claro meio de observar as formas através das quais os homens realizam a transformação do caos da natureza na ordem da cultura. (THIESEN, 1999, p. 81)

Além da característica de nortear a localização das áreas de potencial arqueológico, a arquitetura preservada tem ainda a característica de proteção do subsolo original, sem as possíveis destruições decorrentes da intervenção da construção civil. As transformações na cidade seguem acontecendo em ritmo acelerado, portanto a localização e preservação do patrimônio faz-se parte do dever do arqueólogo. Como afirma Tessaro, “a Arqueologia Urbana deve servir para a cidade, auxiliando urbanistas. Essa nova postura foi interpretada como uma ‘arqueologia *para* a cidade” (TESSARO, 2013, p. 29). Porém por muito tempo, a imagem de destruição do patrimônio quando se trata de cidades, também foi dominante entre os arqueólogos, que julgavam as cidades como desprovidas de interesse para estudo, onde tudo já havia sido alterado e destruído (OLIVEIRA, 2005, p. 34).

Uma mudança neste paradigma, de ver a cidade como desprovida de interesse, começou a surgir na Europa por volta das décadas de 1960 e 1970. Com a intensificação de pesquisas em ambientes urbanos, inicialmente tratando o sítio arqueológico como elemento isolado, novas discussões surgiram no campo, tornando a arqueologia cada vez mais *da* cidade, e não apenas *na* cidade (FUNARI;

POLONI, 2014). Nessa nova perspectiva “a cidade passa a ser considerada ambiente e objeto da pesquisa, onde as manifestações arqueológicas são tratadas como componentes de um sistema amplo e integrado” (TOCCHETTO; THIESEN, 2007, p. 178).

A partir de tais mudanças no campo ao longo dos anos, novas pesquisas na área da arqueologia urbana foram reforçando a ideia de que:

[...] uma considerável parcela do subsolo encontra-se em boas condições de preservação, apresentando vestígios arqueológicos de ocupações passadas, passíveis de estudo e geradoras de novas possibilidades para a história da cidade e de seus habitantes (OLIVEIRA, 2005, p. 36).

Além desta afirmação, quando tratamos de uma proposta de *cidade arqueológica*, como trazem Galinié e Royo (1998), o papel da pesquisa é o de estudar a gênese das cidades, aproximando os objetos enterrados do que está presente na superfície atualmente, recriando esta evolução do espaço urbano a partir dos vestígios de ocupações anteriores. Tal perspectiva reforça também a ideia de que “a arqueologia urbana não pode deixar de interrogar-se a partir do estado atual do espaço urbano” (GALINIÉ; ROYO, 1998, p. 264). Quando tratamos de um conceito de cidade arqueológica,

[...] rompe-se com concepções que consideram sítio a cada um dos locais trabalhados, sem perceber a totalidade complexa que constituem, [...] considera o meio urbano não só como contexto, mas como o próprio tema de pesquisa (OLIVEIRA, 2005, p. 37).

Com este conceito definido, diversas são as possibilidades de trabalho dentro de uma arqueologia da cidade, tal qual pode ser iniciada com uma observação do estado atual de nosso espaço urbano, de edificações ou espaços preservados, da historiografia já escrita sobre este espaço, que nos dão pistas, de que esta pode sim ser uma cidade arqueológica. Em sua dissertação, Oliveira teve como uma das principais motivações a “necessidade de preservação do patrimônio arqueológico no meio urbano” (OLIVEIRA, 2005, p. 5), visando a realização da carta de potencial como um ponto de partida para a criação de políticas públicas e pesquisas futuras

que proporcionem tal proteção da cultura material presente no subsolo. Outro objetivo levantado foi o da utilização do conceito de arqueologia pública:

A arqueologia pública é a denominação que tem recebido os projetos educacionais, que buscam apresentar o conhecimento gerado pelas pesquisas arqueológicas, não para a comunidade científica, mas para o público de modo geral (OLIVEIRA, 2005, p. 39).

O emprego de tal conceito deve fomentar movimentos de defesa contra a destruição dos patrimônios levantados pelas pesquisas. Esta abordagem também gera interesse para a pesquisa aqui desenvolvida, visto que em espaços urbanos onde muitas pessoas vivem e trabalham diariamente, o potencial para aumentar a conscientização pública e a educação sobre o patrimônio é sempre alto (STASKI, 2008). Em seu trabalho, Sousa traz como uma das possíveis definições para o conceito:

“Arqueologia Pública” refere-se à atuação com pessoas, proporcionando diálogos e discussões a respeito das simbologias e das representações constituídas através da cultura material. Para tanto, o enfoque da Arqueologia Pública consiste na busca de uma maior interação e compartilhamento com o público sobre o conhecimento arqueológico, promovendo a inclusão da sociedade em relação à preservação do patrimônio. (SOUSA, 2017, p.13)

Porém, esta não se trata de uma definição fechada, pois é um campo ainda em processo de desenvolvimento, e dentro dele não existe uma abordagem única ou homogênea, sendo seu conceito variável e socialmente construído em cada caso (SOUSA, 2017, p. 42).

O ponto central do conceito que destaco é o diálogo com este público “não apenas com os grupos locais, as comunidades étnicas e os alunos, mas também a sociedade em geral” (FUNARI, ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008, p.18), que vem ao encontro do objetivo preservacionista deste trabalho, visto que:

o conhecimento adquirido por meio dos vestígios arqueológicos, quando trabalhados de forma adequada, pode fazer com que o patrimônio arqueológico passe a ser reconhecido pela população como parte de sua identidade e, conseqüentemente, valorizado, podendo gerar desdobramentos preservacionistas. (SOUSA, 2017, p.

20)

Por meio deste contato com a comunidade, o patrimônio deixa de ser algo imposto apenas pelo arqueólogo e sua visão de mundo, passando a contar com o apoio e reconhecimento da população para reforçar a importância de sua preservação e estudo. A partir deste ideal, a pesquisa foi desenvolvida buscando também a potencialidade da aplicação da Arqueologia Pública para o objeto, resultando em uma estrutura de três capítulos: o primeiro será sobre a imigração italiana e identidade; o segundo capítulo abordará a evolução urbana do município a partir da chegada dos imigrantes italianos até as primeiras décadas do século XX, tratando-se principalmente da identificação dos espaços de ocupação; já o último tratará então do desenvolvimento da carta de potencial arqueológico do Centro de Bento Gonçalves, bem como suas possibilidades de exploração.

2. MEMÓRIA, IDENTIDADE E PRESERVAÇÃO

2.1 A MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA E SUAS REPRESENTAÇÕES

Entra-se em um túnel escuro, então é iniciada uma projeção onde nos é apresentado o casal Rosa e Lázaro, dois jovens que decidem largar a vida na Itália em busca de uma melhor no Brasil — terra onde, segundo a propaganda que receberam, “salame dava em árvore”. Ao acender das luzes dois atores caracterizados como “imigrantes italianos” falando uma mistura de português com talian³ nos convidam a acompanhá-los em sua viagem; nas laterais encontramos diversas roupas típicas expostas, tais quais as que vestem os atores. Em seguida começamos a andar e passar pelos mais variados locais: um barco onde é simulada uma viagem, a chegada em meio a uma mata onde são contadas diversas lendas que os imigrantes teriam acreditado na época como propaganda das terras brasileiras, como a de que haveria salame em árvores no Brasil, e a jornada se encerra em uma réplica em tamanho reduzido de uma vila, que representa a antiga Bento Gonçalves.

O relato acima trata de um parque temático localizado na cidade de Bento Gonçalves, nomeado “Epopéia Italiana”. Tal parque recebe diariamente centenas de pessoas explorando artisticamente a memória coletiva da imigração italiana, memória esta que se manteve viva e sempre rememorada no cotidiano da cidade e, como Pollak (1989) destaca ao se referir à concepção de Halbwachs sobre a memória coletiva, tem a função de “reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo” (p. 3). A memória ao se manter viva e oficializar seu discurso é um dos pilares principais da formação identitária, conforme Pommer (2008) destaca:

³ O Talian é uma das autodenominações para a língua de imigração falada no Brasil na região de ocupação italiana direta e seus desdobramentos desde 1875, em especial no nordeste do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Espírito Santo. Sua origem linguística é o italiano e os dialetos falados, principalmente, na regiões do Vêneto, Trentino-Alto e Friuli-Venezia Giulia e Piemontes, Emilia-Romagna e Ligúria (LÍNGUA, 2019). Sobre esse tema, ver: FROSI, V. M.; MIORANZA, C. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul – processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. 2. ed. rev. e aum. Caxias do Sul: Educus, 2009.

A memória tem como característica ser composta de lembranças das vivências passadas, enquanto atualização recordada do passado. Existe na medida em que persistirem os laços afetivos dela com os indivíduos, os portadores preferenciais da memória, e com os grupos onde determinada memória se torna coletiva pela sua manifestação a partir do individual para o social. Na medida em que certas lembranças do passado se tornam verdades públicas, elas criam laços de pertencimento grupal no presente, sustentando a identidade do grupo e diferenciando-o dos outros grupos que compõem o todo de uma cultura. (p. 34)

Tendo assim a identidade relacionada à presença italiana na região se tornado uma de suas principais características até o presente, estando representada em diversas esferas do discurso oficial, da cultura, da culinária e principalmente na exploração turística do município.

Essa memória relaciona-se constantemente com a espacialidade, com “vestígios representativos como os monumentos, as paisagens antrópica e natural que são algumas das fontes de recordação para formação do sentido atribuído pelos grupos humanos ao seu passado” (POMMER, 2008, p. 34). Porém, a falta de consciência sobre o conceito de preservação do patrimônio cultural na cidade causa, por muitas vezes, o apoio e exaltação de um tipo preservação, que mesmo apoiada por perspectivas preservacionistas, muito mais destrói do que preserva. É o caso de diversos empreendimentos imobiliários que surgem na cidade se aproveitando apenas da fachada de edifícios históricos e destruindo todo o resto, vendendo-se para a população como preservacionistas, fenômeno que está em uma grande crescente no município, causando uma deturpação no conceito de preservação entendido pelo senso comum.

A prática acima descrita se aproveita da identidade construída no município para justificar suas ações com o apoio do discurso oficial que legitima este passado. Pommer (2008) define esta prática ao tratar do conceito de “comunidade imaginada” de Benedict Anderson: “persuasão a partir de um passado significativo, e o da justificação pública dos discursos que constroem o passado” (p. 23). Porém, o apoio causado por esta conexão entre as práticas e a memória faz saltar aos olhos a presença bastante viva da conexão entre o patrimônio e a identidade da população. Como destaca Sousa (2017), a “relação estabelecida entre o patrimônio e as pessoas é sem dúvida essencial, porque no patrimônio está explícita a herança

cultural de cada povo e sociedade” (p. 40). Esta característica também pode ser aproveitada para o desenvolvimento da conscientização da real potencialidade de preservação do patrimônio, como é o caso deste trabalho, onde nos próximos capítulos procuro, através da aproximação do objeto com a população, desenvolver uma proposta que possa levar a desdobramentos preservacionistas.

2.2 A IDENTIDADE IMIGRANTE E SUA CONSTRUÇÃO

A memória da imigração se refere ao processo de colonização da região iniciado em 1870 através do Ato de 24 de maio, do Presidente da Província João Sertório, que criou oficialmente as colônias de Dona Isabel e Conde D’Eu, porém a ocupação efetiva do território só foi realmente intensificada a partir de 1875, por meio de contratos e incentivos governamentais (CAPRARA; LUCHESE, 2005, p. 20-21).

Diversos são os aspectos deste processo que saltam aos olhos do senso comum quando se trata do assunto, celebrando as conquistas e glórias do imigrante. Conforme Zita Possamai escreve, “se para a memória os lugares têm um aspecto celebrativo, a história busca muito mais compreender o processo de construção dessas memórias” (POSSAMAI, 2000, p. 26), portanto procuro nas próximas páginas fazer uma breve análise deste fenômeno. Não sendo este o foco central do trabalho não irei a fundo no tema, porém sendo a proposta aproximar o objeto do público, considero essencial entendê-lo. Destacarei aqui quatro características as quais, por minha experiência como morador e receptor deste discurso, bem como pela análise de sua presença na historiografia sobre o município, considero pontos fundamentais da construção desta identidade.

O primeiro ponto de destaque que me proponho a analisar é o das dificuldades que os primeiros imigrantes teriam sofrido ao chegar em seus lotes demarcados na colônia. Para tal, trago aqui duas formas de apresentação deste período em referenciais históricos da cidade. A primeira, escrita por Caprara e Luchese (2005):

As dificuldade enfrentadas pelos imigrantes nos primeiros tempos da colonização foram a miséria, a falta de médicos, a exploração e o mau tratamento recebido por parte das autoridades, a penúria que

passaram e o não-cumprimento das normas estabelecidas nos contratos por parte dos transportadores.

Muitos autores costumam relatar as imensas dificuldades dos imigrantes que recebiam o lote e a partir de então iniciaram a epopéia do desmatamento e da construção de um abrigo provisório. Acontecimento real, mas que deve ser acompanhado pela ideia de que o governo havia proposto e aprovado por lei a construção de casas provisórias e o desmatamento de uma área mínima em cada um dos lotes para depois serem distribuídos aos colonos. Entretanto não dispôs de condições materiais suficientes para organizar estruturas melhores para o elevado número de imigrantes que chegaram a partir de 1876. (p. 25)

E a segunda forma, escrita por De Paris (2006):

Nos primeiros tempos, a sobrevivência custou-lhes muitos sacrifícios, que foram enfrentados com fé e muita coragem. Começaram a lavar a terra, plantaram as sementes com esperanças, passaram fome, frio e terror de animais selvagens, mas venceram o medo e a agressividade da selva. (p. 41)

No primeiro trecho vemos uma apresentação do período e de seus desafios para os colonizadores, porém tendo em vista as cabíveis relativizações, como os auxílios que uma parte dos imigrantes, principalmente a primeira leva, havia recebido do governo. Já no segundo vemos a exaltação do imigrante pela superação das dificuldades impostas pelo período, e encontramos o uso de palavras como fé e esperança, que corroboram com esta visão. Portanto, quanto à presença das dificuldades nos primeiros tempos da imigração, não há dúvida, porém o destaque da análise fica por conta da maneira de apresentação desta característica.

O segundo relato é o mais presente no imaginário da população local, o do imigrante que prosperou mesmo com todas as dificuldades impostas, que reflete como uma ideia de “*superioridade*” do italiano para o trabalho⁴. Tal pensamento se manteve presente ao longo do tempo, tendo seus reflexos ainda na atualidade, quando diversos são os momentos no cotidiano nos quais é possível verificar atitudes de tom racista, principalmente contra negros, referidos como *negri* ou *braziliani*, pois não teriam a mesma vocação que o descendente do italiano para o

⁴ Ressalta-se aqui que esta é uma ideia posterior ao processo imigratório, principalmente desenvolvida durante as comemorações dos cinquenta anos da imigração italiana em 1925.

trabalho. Procuo aqui deixar clara uma das primeiras problemáticas no uso deste tipo de discurso de exaltação do imigrante.

Também relacionado ao esforço do imigrante italiano para o desenvolvimento da agricultura na região, destaco a *vitivinicultura* como segundo ponto formador da identidade do município, que é apresentado ainda como o principal deles. A cidade é conhecida nacionalmente como a Capital Brasileira do Vinho, sediando a Festa Nacional do Vinho e sendo as inúmeras vinícolas um dos principais atrativos turísticos da região. Conforme dados do IBRAVIN (Instituto Brasileiro do Vinho), atualmente a Serra Gaúcha é a principal região produtora de vinhos do país “respondendo por cerca de 85% da produção nacional de vinhos” (REGIÕES PRODUTORAS, 2019), e tal protagonismo nessa produção, quando relacionado à identidade do município, tem como principal base a ideia da “vocação étnica” do imigrante italiano para o plantio da uva e produção do vinho, como descreve De Paris (2006):

O imigrante italiano, afeiçoadado à viticultura por tradição e por vocação, obrigatoriamente viria a cultivar a videira em sua terra, como j a o haviam (sic) feito os imigrantes que se estabeleceram em outras regiões da América e da Ásia. (p. 268)

Tal discurso é o que mais costuma-se ouvir quando o assunto é tratado na região, colocando a produção da uva como um acontecimento natural, inevitável, devido a sua predisposição ao cultivo. Porém, cabe aqui ressaltar as motivações do desenvolvimento da produção da região, tendo sido a principal delas a necessidade de conquistar a independência econ mica frente aos colonos alemães, aos quais estavam subordinados pois os mesmos “detinham o único polo econ mico da região” (CAPRARA; LUCHESE, 2005, p. 181). Conforme Kühn (2004):

Os colonos italianos, por estarem subordinados economicamente aos comerciantes de origem germ nica, procuraram desenvolver uma produção agrícola e manufatureira diferenciada, dedicando-se à cultura da uva e a produção do vinho. A venda do vinho forneceu os primeiros capitais a serem investidos nas pequenas oficinas, que mais tarde se tornaram indústrias. (p. 97)

Levando em consideração a característica acima mencionada, pode-se verificar que a principal motivação do colono italiano no início da produção da uva e do vinho na região foi a possível lucratividade trazida pelo produto, tal qual podemos confirmar na leitura do relatório do cônsul italiano Antônio Greppi do ano de 1884:

As principais culturas a que se dedicaram os nossos colonos são a do milho e da uva. Cuidam-nas com interesse e esmero, porque são as mais necessárias, uma à própria existência, e outra pelos lucros que traz. Em 1882, os resultados foram 15.073 hectolitros de milho e 6.327 hectolitros de vinho, enquanto em 1883, como se constata no quadro anexo, houve 25.789 hectolitros de milho e 77.465 de vinho, o que não deixa de ser diferenças bastantes grandes. (Bolletino Consolare vol XX, 1884)

Dois são os pontos que gostaria de destacar no relato do cônsul: o primeiro, é a confirmação do caráter comercial da atividade vitivinícola na colônia; já o segundo é o crescimento exponencial da produção de um ano para outro, nos demonstrando que o sucesso do cultivo na região é inegável. Relacionado a este sucesso, vemos com frequência a retomada desse discurso da “vocação natural” do imigrante italiano para o cultivo da videira, porém já em 1904, em visita a Bento Gonçalves, o agente consular italiano Luigi Petrocchi destaca para os problemas da produ o na localidade:

Uma grande fonte de recursos para todos seria a vitivinicultura; mas, desgraçadamente, até agora não surgiu ainda neste país uma pessoa competente que ensine o agricultor a cultivar racionalmente a videira, produzindo um tipo de vinho que suporte as viagens e o clima, sem necessidade de misturas. Percebe-se por tudo a necessidade de um bom agrônomo, e há a esperança de que o governo italiano contribua a satisfazer esta necessidade. (Bolletino dell’Emigrazione. 1904)

Podemos perceber por meio do relato que, mesmo após a produ o já estar consolidada na região, o conhecimento técnico ainda era um problema. Através destes pontos   possível verificar um pouco da constru o da imagem do imigrante como precursor da vitivinicultura. Neste ponto podemos visualizar que alguns dos traços são destacados ao público, bem como percebemos os esquecimentos,

exaltando a imagem do colono italiano, e moldando uma das características centrais da identidade no município.

A centralidade desta característica também tem seu reflexo na espacialidade. Ao verificar as fichas de inventário do patrimônio cultural do município (IPHAN, 1996), constatamos a presença de uma classificação específica para as cantinas, contando com 13 inventariadas, sendo estas com datas que variam entre o final do século XIX e início do século XX, reforçando a relação entre a identidade e o espaço.

Como verificado na característica acima, um dos pontos de grande relevância para o imigrante italiano era a possibilidade de fazer fortuna. Tal importância protagoniza a próxima característica da identidade que desejo aqui comentar: o *sucesso econômico* associado ao crescimento comercial e industrial na região. O primeiro ponto desta característica que ainda hoje permanece presente como uma das principais formas de acumulação de capital no município é a posse de terras/imóveis. Ao analisar histórias de família, Bergamaschi (2007) destaca que:

A busca de riqueza por parte de imigrantes e seus descendentes é uma constante [...]. Ser proprietário é o primeiro passo, a terra não é só propriedade como é também reserva de valor e forma de especulação imobiliária. Portanto, a terra é, antes de mais nada, um meio de enriquecimento. (*in* GIRON; RADÜNZ, 2007, p. 33)

Tal prática teve início ainda nos primeiros anos da colonização, quando o crescimento acelerado da colônia gerou uma acumulação de capital por parte de alguns colonos com desenvolvimento do comércio. Como afirma também Bergamaschi, “há vários casos de colonos que se tornam comerciantes nos núcleos urbanos e, em pouco tempo, enriquecem...” (BERGAMASCHI *in* GIRON; RADÜNZ, 2007, p. 34). Dando origem então à narrativa do sucesso do comerciante imigrante italiano na região, tal êxito no entanto não se deve a uma característica “natural” do imigrante, mas sim da necessidade, assim como a origem de outro pilar deste traço identitário, o desenvolvimento industrial.

Este desenvolvimento, pelo senso comum, frequentemente é associado ao primeiro ponto desenvolvido neste capítulo: a suposta superioridade do imigrante italiano para o trabalho. Porém, como analisa Khün (2004):

O desenvolvimento da indústria na região italiana não se fez esperar, pois a dificuldade de comunicação com os centros mais desenvolvidos e a necessidade de equipamentos para abastecer os colonos estimularam o surgimento de oficinas e de pequenas indústrias. (p. 98)

Destacando então em seu texto a dificuldade de comunicação como motivo do surgimento dos primórdios da indústria na região, o crescimento acelerado desta indústria ainda deve-se a outro motivo, relacionado ao enriquecimento: o aumento da força de trabalho na região. “O enriquecimento torna-se visível pelas construções de casas de alvenaria e das casas comerciais. Tudo isso atrai os colonos” (BERGAMASCHI *in* GIRON; RADÜNZ, 2007, p. 31). Tal atrativo para novos colonos e também o crescimento da população já nascida na colônia gera um aumento acelerado da quantidade de braços disponíveis para o trabalho. Portanto, “o crescimento econômico da (colônia) de Bento Gonçalves é inegável pelos dados apresentados nos documentos⁵, mesmo que esteja relacionado com o aumento de braços, ou seja, o aumento da população ativa” (CAPRARA; LUCHESE, 2005, p. 184). Deixando claro, então, que o crescimento acelerado da indústria na região tem sim como principal motivação o aumento populacional na localidade, que também ocorreu de forma acelerada. Como exemplo podemos observar o crescimento de quase 50% na entre os anos de 1884 e 1885, crescendo de 9.604 habitantes em abril de 1884 para 14.300 no final de 1885. (CAPRARA; LUCHESE, 2005, p. 160)

A última característica da identidade que gostaria de aqui tratar é a fé⁶. Já comentada brevemente durante o primeiro ponto desenvolvido, também é um dos elementos centrais na construção da população local como é conhecida hoje. Uma das primeiras impressões sobre a temática é a trazida por De Paris (2006):

Por serem na sua totalidade católicos, os colonos italianos levaram vantagem, pois puderam erguer de imediato a sua capela e, como a sede religiosa era o centro de tudo, ao redor desta formaram-se as comunidades. (p. 31)

⁵ As autoras se referem com “documentos” aos relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

⁶ Ressalto aqui neste trabalho a ideologia predominante da fé católica, porém, vale destacar que em 1893 já havia na cidade um templo Metodista, não sendo a primeira uma unanimidade entre todos os moradores.

O principal ponto de relevância neste caso é a centralidade da capela como elemento fundamental da cidade, “no seu entorno concentram-se todos os acontecimentos mais importantes da comunidade: religiosos, sociais e econômicos” (CAPRARA; LUCHESE, 2005, p. 309). Portanto, demonstrando a relevância da igreja para o pensamento local, “o principal mecanismo de influência da Igreja católica foi a própria religião, tendo ela o papel de forçar os valores da cultura italiana: trabalho, família e religiosidade” (MOCELLIN; MINCATO *in* GIRON; RADÜNZ, 2007, p. 205-206).

Dos pontos de influência destacados pelas autoras acima, sublinho aqui a questão da família, uma das raízes mais fortes do pensamento católico na região ainda atualmente. É frequente no discurso local um conservadorismo elevado na noção de família, herança de um ideal tradicional da visão católica, onde a monogamia e a heterossexualidade são os pilares da instituição familiar. Tal visão gera inúmeros casos de preconceito relativo à sexualidade, bem como o reforço de um discurso pejorativo relacionado a qualquer noção diferente da tradicional de família. Também é sintoma disso uma elevada importância dada à ascendência, sendo comum perguntas como “qual é o teu sobrenome?” ou “teu sobrenome é italiano?”.

A interferência do clero na vida pública da colônia ainda gerou diversas preocupações à Igreja, pois o catolicismo praticado no estado estava longe de ser o ideal definido por Roma, conforme escreve Dreher (2007):

Muitos sacerdotes estavam filiados à Maçonaria. Suas práticas pastorais orientavam-se mais de acordo com as ordens dos chefes políticos e dos detentores do poder econômico do que com os cânones tridentinos. Vida eclesial estava centrada em festas ruidosas, consideradas, aos olhos da Restauração, promíscuas. Pior era o perfil do sacerdote rio-grandense que em nada correspondia às normas ultramontanas. A não-observância do celibato era fato comum. E, o mais grave, a Igreja gaúcha não correspondia ao perfil sacramental que fora desenhado por Trento. (*in* GIRON; RADÜNZ, 2007, p. 197-198)

O trecho acima demonstra que a conduta do clero no início da colonização longe estava do ideal que é propagado em muitos discursos, o qual tem na

instituição da Igreja Católica e seus representantes como exemplo de conduta. Tal narrativa é construída após a interferência de Roma para reformar o clero regional:

O clero romanizado, vindo da Europa desde meados do século XIX, tentaria implantar um novo modelo de catolicismo no Brasil, valendo-se dos imigrantes que, é verdade, já haviam assumido alguns 'vícios' brasileiros, mas podiam ainda ser resgatados. (DREHER *In* GIRON; RADÜNZ, 2007, p. 199)

A tentativa da Igreja, conforme destacado pelo autor, toma como oportunidade a presença imigrante na região, que ainda concordava com boa parte dos ideais do clero europeu, gerando o discurso que até hoje é remanescente quando trata-se da atuação da igreja na região.

A influência da Igreja Católica é um dos elementos mais presentes ao analisar o Inventário do Patrimônio Cultural de Bento Gonçalves (IPHAN, 1996), onde 18 registros tratam de estruturas relacionadas ao catolicismo, sejam elas as próprias igrejas ou estruturas anexas, como campanários.

Ao verificarmos acima os principais pontos identitários que este trabalho tem como objetivo atingir, podemos observar claramente a força de um discurso construído com base no fenômeno imigratório e nos primeiros anos da colonização. Tal característica pode ser utilizada aqui como aliada para divulgação da importância da preservação do patrimônio arqueológico referente ao fenômeno, tido como central para a formação da identidade local. Esta ideia é corroborada pelo reflexo deste fenômeno espacialmente, conforme apontado pela breve análise do inventário do patrimônio cultural já elaborado para o município. No próximo capítulo teremos como principal objeto esta espacialidade, onde os fenômenos apontados acima se passaram.

3. A FORMAÇÃO DA PAISAGEM

Após o estudo do público no capítulo anterior, agora volto o foco da análise para o objeto central desta pesquisa, o espaço. Neste capítulo procuro entender a espacialidade da sede da colônia e posteriormente o centro da cidade no início da colonização, observando a evolução urbana do período, determinando assim a área de interesse para o posterior diagnóstico do potencial arqueológico. Para tal utilizamos aqui a abordagem da Arqueologia da Paisagem, que define a paisagem urbana como “a construção humana do espaço, onde os meios naturais são modificados pelas populações” (MANGUEIRA, 2018, p. 19).

Como meio para buscar esta história da paisagem, recorro aqui a algumas fontes conforme destaca Aston (1997) ao se referir às bases para este tipo de estudo: “there are really five main categories of information - archeology, aerial photography, maps, local history and related studies⁷” (p. 13). Das fontes levantadas pelo autor, no que se trata da arqueologia, a presença de estudos deste tipo é inexistente para a área de interesse do trabalho, sendo o intuito desta pesquisa viabilizar o início deste tipo de estudo. Também diagnosticamos uma escassez de fontes no que trata da cartografia histórica; não existem mapas detalhados da época em estudo nos arquivos da cidade, portanto ao final deste capítulo o objetivo será a organização de um mapa para delimitação da área de interesse.

Quanto às demais tipologias destacadas pelo autor, serão salientadas aqui neste capítulo as fotografias, não somente aéreas, por sua escassez, mas fotografias em geral da paisagem urbana da época que nos ajudarão a entender melhor a organização deste espaço. Além da bibliografia de história local que já venho analisando desde o capítulo anterior, aqui terão destaque também alguns documentos oficiais, como os relatórios consulares e os relatórios do Ministério da Agricultura, ricos em descrições sobre a espacialidade da época. Por último também trago a análise do inventário do patrimônio edificado, bem como dos tombamentos.

⁷ Tradução do Autor (T.A.): “existem cinco principais tipos de informação - arqueologia, fotografias aéreas, mapas, história local e estudos relacionados”.

Conforme Grigoletto (2009), “um edifício, transformado em patrimônio, não foi concebido para transmitir informações, mas quando lançamos questionamentos sobre ele e encontramos respostas” (p. 94), possibilitando também por meio desses entender um pouco mais sobre esta paisagem.

3.1 FINAL DO SÉCULO XIX: A SEDE DA COLÔNIA EM SEUS PRIMEIROS ANOS

Conforme citado no capítulo anterior, o desenvolvimento da colonização na Colônia de Dona Isabel se intensificou após o ano de 1875, quando os imigrantes começaram a chegar em maior quantidade na região. Quando se trata da espacialidade da colônia na época, as primeiras fontes datam dos anos de 1883/1884, como é o caso da foto abaixo, que é uma das mais antigas do município:



FOTOGRAFIA 1: Sede da Colônia Dona Isabel (1883/1884)

Fonte: Acervo do Museu do Imigrante de Bento Gonçalves

Um dos principais pontos de referência para análise da fotografia acima é a presença da capela. Conforme referido no capítulo anterior, a capela é considerada um elemento central da vida nas colônias italianas, sendo uma das primeiras construções e ponto do qual se desenvolve a sede da colônia. Tal afirmativa também é corroborada por Aston (1997), que afirma que, ao estudar para a arqueologia da paisagem de assentamentos de maioria cristã,, “each church represents perhaps the

most important local focal place for any settlement⁸” (p.50), característica também presente no caso aqui estudado.

A primeira colaboração que a presença da capela na imagem nos traz é para a própria datação da fotografia, visto suas constantes reformas desde sua construção. As fontes sobre tais são por vezes contraditórias, mesmo em documentos oficiais, mas para a datação da imagem utiliza-se a informação encontrada no Relatório do Ministério da Agricultura de 1885, onde há a informação de que “na sede de Dona Isabel há uma igreja de tijolo em atrasada construção e levantada pelos colonos” (p. 27 *apud* CAPRARA, LUCCHESI, 2005, p. 315), remetendo então para a reforma da igreja que inicialmente era de madeira, reforma esta que é de possível visualização na imagem, nos fornecendo a datação tomada para a fotografia.

A igreja também se faz central para nos localizarmos nos relatos do imigrante Júlio Lorenzoni, o qual descreveu em suas memórias duas visitas à sede da Colônia de Dona Isabel em 1884, registrando uma rica descrição da organização espacial da época:

Onde havíamos desembocado (sic.)? Num planalto, sobre uma colina, que tinha o formato de ferradura, no declive e na base da qual avistava-se uma centena de casas, edificadas, umas em material e outras em madeira, e que constituíam a sede da nova Colônia.

As primeiras moradias à entrada da vila, situadas na planície, foram as dos colonos André Tedesco (...), e José Giacomini (...), ambas de material.

A construção não correspondia às modernas regras de arquitetura, por absoluta falta de cal, que precisava ser substituída por terra, espécie de argila.

Na mesma esplanada, e pouco distante umas das outras, achavam-se, também, as casinhas de José Trucolo (...), Bortolo Malteri, trentino, Pedro Celso, Antônio Pozza, Batista Dal Zocchio, Ângelo Dalla Barba, e outras. Na descida encontrava-se a casa de negócio de Guilherme Cherubini e Luiz Agostini, toscanos, e em seguida àquela de Antônio Bertuol e filhos, que eram proprietários de um modesto albergue, de uma cervejaria, venda de vinhos e outras bebidas.

(...)

Continuando nosso giro, já na entrada da rua principal, à esquerda, na esquina achava-se a casa de negócio pertencente à José Carli, (...), defronte, à direita, a residência do senhor Ernesto Cartier, Delegado de Polícia.

⁸ T.A. “cada igreja representa talvez o ponto focal local mais importante para qualquer assentamento”.

Na rua principal, à direita de quem se dirige à *igreja*, surgia um lindo chalé, onde se localizavam os escritórios da Direção da Colônia (...). O único hotel que havia na vila era o Caprera, dirigido pelo senhor Luciano Vicente Decusati, napolitano, e que estava instalado na casa de material de propriedade do senhor Domingos Loss, ficando fronteiro ao referido chalé da Diretoria.

No centro dessa rua e antes de chegar à *igreja*, outra bela casa, toda de pedra, pertencia ao senhor David Manica, trentino, e, em seguida, sempre à esquerda, as casas de comércio de Francisco Baldi, toscano, e do mantuano senhor Enoss Balista.

A pequena agência postal era dirigida pelo senhor Henrique Finger, (...), funcionava na vizinhança *da igreja*, numa casa de madeira (...). Visitamos depois a pequena e modesta *igrejinha*, (...). A canônica era uma casinha que fora edificada ao lado da *igreja* (...).

(...)

Encaminhamo-nos, então, à casa do senhor João Fianco, (...), estava à testa de um bom negócio e de um restaurante, e se encontrava bem perto da *igreja*.

A mesma rua, em prolongamento, levava ao cemitério, e nessa rua chava-se a ferraria do senhor Frare e uma loja pertencente ao senhor Peregrino Baldini (...). (LORENZONI, 1975, p. 116-118)

Conforme falado, vemos como a igreja é utilizada com grande frequência pelo autor do relato para definir sua localização no espaço, corroborando a ideia da importância do edifício como ponto central da colônia. Antes de analisar detalhadamente o relato acima, gostaria de complementá-lo com o segundo relato de uma nova visita também por Lorenzoni, dias após a primeira:

(...) já na rua principal, notava-se um movimento muito grande de povo, que acorria das linhas vizinhas para assistir a santa missa e, também, abastecer-se de gêneros de primeira necessidade, para a semana seguinte.

Das diversas entradas da localidade viam-se, de vez em quando, aparecer grupos de pessoas (...).

(...)

Ao sair da igreja, quase ao meio-dia, paramos para observar a multidão de colonos (...), que se dirigia aos armazéns para fazer seu fornecimento e finalmente muitos que entravam em botequins e restaurantes (...).

(...)

Logo depois da refeição, fomos dar uma caminhada para conhecer o lugarzinho; olhávamos, nos botequins e albergues (...)

Visitamos, em primeiro lugar, o senhor Francisco Ponticelli, que possuía uma pequena cervejaria, situada numa casinha de madeira que ficava nos fundos do atual prédio onde funciona o cinema, de onde, sendo um terreno levemente elevado, avistava-se, defronte, a casa de material, hoje de propriedade da Sociedade de Mútuo Socorro, edificada pelo trentino Frederico De Fant e, mais abaixo,

uma espécie de chalé, propriedade do senhor Josué Pereira Leite. Edificada desde o ano de 1879, serviu anteriormente à Diretoria, à casa de negócio do senhor Ernesto Cartier e alojamento de seus empregados. Depois desse chalé, avistavam-se outros barracões de madeira, pintada de vermelho, que era chamada a casa dos toscanos. A localização dela era a do atual prédio do Banco Pelotense.

(...)

Nessa altura, achava-se o limite da sede.

À direita, enfim, existiam uns barracos de madeira habitados por Tomás Pedrotti, Angelo Tecchia e vários outros; uma casa de tijolos, de um só andar, propriedade esta de João Ponticelli, pai de Francisco, todas tendo desaparecido mais tarde, antes de ser construído o Clube Aliança, e a casa do senhor Albino Teshainer.

(...)

Continuamos depois nossa excursão pela rua Saldanha Marinho; à direita, encontramos a casa de negócio de João Torriani e, defronte, um barracão de madeira que servia de alojamento provisório a novos imigrantes.

Mais adiante, numa casinha de madeira, estava instalado um botequim de propriedade de João Roveda, no mesmo local onde, presentemente, reside meu filho Ernesto e defronte à casa onde habitava a família do Diretor da Colônia, o Dr. J. R. Antunes.

Na esquina das ruas Saldanha Marinho e Ramiro Barcelos, na casa que hoje é propriedade do Dr. B. Tacchini, existia, naquela época, uma pequena farmácia de Evaristo Rabellino, já falecido, e, mais além, as casas, também de pedra, de Leão e Jacó Battiastuzzi que possuíam uma ferraria no local que hoje ocupa a casa de Jordão Spader.

Seguindo, encontrava-se a casa de Brás Reali e, nas vizinhanças, uma loja de João Cristofolletti, propriedade atual do coronel Carvalho; em frente, avistava-se ainda a marcenaria de Ângelo Dalla Colletta, também já falecido.

A nossa caminhada ia seguindo pela rua Saldanha Marinho, à direita de um riachinho que atravessava e aí encontramos as casas de Cândido Vanni, mais umas casinhas de madeira, depois a senhor José Cabrillo, à esquerda uma construção de tijolos em péssimo estado, habitada por um senhor Celeste Ferrari, apelidado “Gabanna” e, na esquina, uma boa casa em que residia a família de José Farina e o alfaiate João Ferrari.

Percorridos ainda alguns metros, encontramos a pequena loja e armazém do veronês Lourenço Moré, estabelecido naquele local já a uns quatro ou cinco anos.

De lá avistavam-se, no cimo da colina, as casas que mais tarde soubemos pertencer a João Grando, aos colonos Josué Lisatto e aos irmãos Bernardo e José Perizzolo, e, espalhadas mais abaixo, numa espécie de concha, outras casinhas de madeira, de pouca importância (...). (LORENZONI, 1975, p. 120-123)

A riqueza de detalhes dos relatos de Lorenzoni é uma grande aliada no objetivo de reconstruir a espacialidade da época, sendo possível pela leitura dos mesmos realizar uma análise da estrutura da sede neste período. O primeiro ponto que podemos destacar ao final da leitura é a característica comercial deste espaço. Ao verificarmos a descrição dos edifícios próximos à igreja, é possível constatar que a grande maioria tratava de comércio e serviços, bem como edifícios públicos relacionados à administração da colônia.

A característica acima também nos é apresentada por outros documentos oficiais, como o relatório do cônsul Pascoale Corte, do ano de 1884, quando relata que “na sede e nas linhas há muitas casas de negócio, moinhos, cervejarias, farmácias, sapatarias, selarias, ferrarias, hotéis e muitos teares para o linho e a seda” (*in* FONTANELLA, 1994, p. 29), bem como pelo Relatório do Ministério da Agricultura de 1883, o qual descreve:

existem na sede e em várias linhas fábricas de farinha de trigo, de cerveja, licores e vinho, de fiação e tecelagem de linho e seda, ferrarias, carpentarias (sic), marcenarias, alfaiatarias, sapatarias, pharmacias (sic), hoteis (sic), etc. (p. 236)

Tais relatos somados ao de Lorenzoni demonstram e reforçam a característica comercial da sede, onde, conforme apresentado no relato da segunda visita, por muitas vezes os moradores das linhas iam para comprar seus produtos de primeira necessidade ou também para socialização em botequins e restaurantes, sendo esta uma das principais definições deste espaço e sua paisagem.

Outra característica que se apresenta nos relatos é a das dimensões da sede, ao modo que o autor relata os edifícios e o que está à sua vista, dando uma noção da quantidade de construções que faziam parte da paisagem. Isso também é apresentado pelo relatório do cônsul Enrico Perrod, de 1883, onde destaca em relação à sede que “enquanto em 1877 não havia senão a casa da direção, a do médico e uma capela provisória, e mais 4 choupanas, há atualmente 21 casas de pedra, e cerca de 40 de madeira” (*in* FONTANELLA, 1994, p. 16). A informação do cônsul, além de tratar das dimensões da sede no ano de sua visita, também nos demonstra seu rápido crescimento dos anos de 1877 a 1883. O Relatório do Ministério da Agricultura (1883) nos traz em números mais exatos a quantidade de

edificações na sede da colônia: “na sede existem duas casas de pedra e duas de madeira pertencentes ao Estado, igreja construída em pedra, cemitério, 53 casas particulares, das quaes (sic), 36 de madeira, 12 de pedra e 5 de tijolo” (p. 236).

Um espaço em especial que é citado no trecho acima do relatório e também por Lorenzoni em seu relato é o cemitério, que não está no enquadramento da primeira fotografia aqui apresentada, porém outra fotografia panorâmica com datação aproximada de 1897 nos mostra este local em primeiro plano:

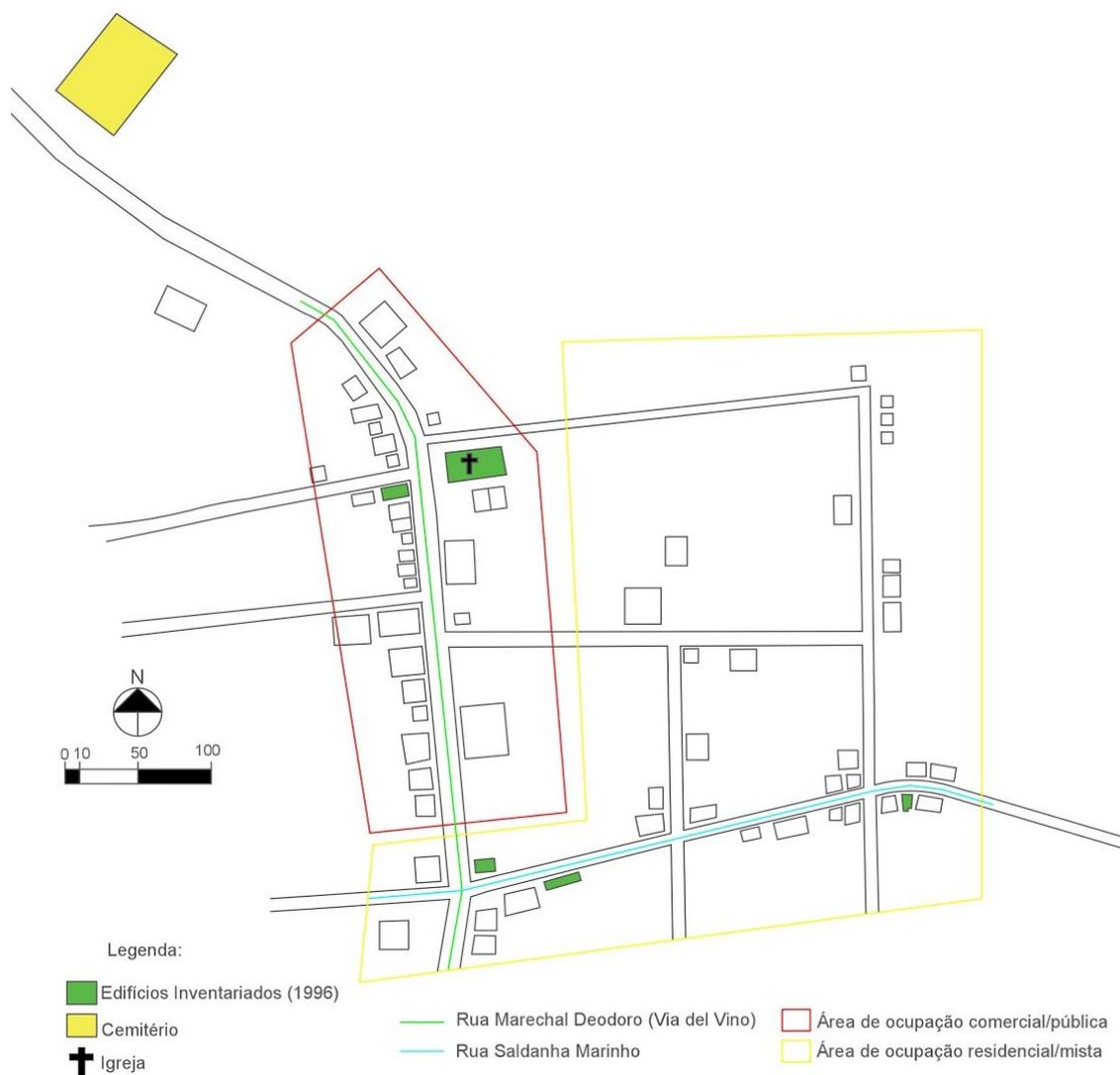


FOTOGRAFIA 2: Cemitério em primeiro plano (1897)
Fonte: Acervo do Museu do Imigrante de Bento Gonçalves

Na fotografia é possível visualizar como o cemitério representa um dos limites da sede, bem como podemos analisar a disposição geral das edificações ao fundo. Ao observar as fotografias e realizar a leitura do relato de Lorenzoni, se pode verificar que a sede se desenvolvia com maior foco em duas ruas perpendiculares, a Saldanha Marinho, citada pelo autor, e que mantém seu nome até a atualidade, e a que o mesmo chama de “rua principal”, que também era a rua da igreja, que na atualidade seria respectiva à rua Marechal Deodoro da Fonseca, também conhecida como Via del Vino.

Apesar do desenvolvimento centralizado nessas duas ruas, conforme destacado por Lorenzoni, a sede possuía diversos acessos, por este motivo, em muitos momentos do relato, não é possível precisar nas fotografias a posição que o autor está tomando como observador, não sendo possível identificar com exatidão

qual edifício da fotografia representa o citado no relato. Porém com as informações prestadas por este, pelos documentos oficiais, a análise das fotografias e também das fichas de inventário de 1996, é possível criar uma aproximação do que seria a organização da sede da colônia nos finais do século XIX, representada no mapa abaixo:



MAPA 1: Aproximação da organização da Colônia Dona Isabel ao fim da década de 1880
Fonte: produzido pelo autor

O mapa acima representa um resumo da informações analisadas até o momento neste capítulo, valendo ressaltar que trata-se de uma aproximação feita através dos relatos e fotos, portanto as posições e dimensões dos edifícios não tem a pretensão de representar com exatidão a situação da época. O principal objetivo com o mapa é a visualização da organização espacial, deixando claro alguns pontos,

como a concentração de edifícios em maior densidade nas proximidades da igreja, bem como demarcando a área majoritariamente comercial. Uma característica desta região que fica bastante clara ao verificar o mapa é também a concentração dos edifícios na lateral oeste da rua principal. Tal característica nos leva a uma nova observação das imagens, onde é possível visualizar que os vazios do mapa, principalmente na parte leste, representam regiões de atividade agrícola, relacionando-se com a ocupação de característica residencial ao avançarmos nessa direção do mapa.

Estão destacadas também no mapa as duas principais vias onde se concentrava o desenvolvimento, conforme já comentado anteriormente: a rua Saldanha Marinho e a rua Marechal Deodoro, as quais foram utilizadas de base para interpretação das fotos e desenvolvimento do mapa, sendo possível verificar que nas mesmas se encontram os edifícios que posteriormente foram inventariados no ano de 1996. Tendo esses sido construídos no século XIX, vale aqui ressaltar a exceção do prédio da igreja, que foi reconstruído na primeira metade do século XX, porém manteve sua localização, por este motivo deixei seu destaque no mapa.

Retornando ao que havia sido comentado sobre o relato de Lorenzoni, também é possível, por meio do mapa, a visualização das diversas rotas de entrada à sede, característica pela qual não conseguimos definir exatamente a ocupação de cada edifício em específico, pois ao não saber a entrada utilizada pelo autor, não há exatidão do ponto de observação do qual a paisagem foi descrita.

O mapa acima será retomado no último capítulo desta análise, sendo possível por meio dele a definição da área de interesse para o diagnóstico aqui proposto, porém antes disso gostaria de tratar sobre a organização desta paisagem e suas modificações no início do século XX.

3.2 INÍCIO DO SÉCULO XX: O CENTRO DA CIDADE COMEÇA A TOMAR FORMA

Em 1890 a colônia tornou-se oficialmente independente, ganhando o nome de Bento Gonçalves. A partir de então acelerou-se o desenvolvimento do centro da antiga colônia, bem como a população continuou crescendo de forma exponencial,

como comentado no primeiro capítulo. Este crescimento começou a mostrar seus reflexos na paisagem do município, especialmente após a virada do século XX.

Um dos destaques das descrições citadas na parte anterior deste capítulo, era o número maior de casas de madeira em comparação a casas de pedra ou alvenaria, sendo este um dos principais pontos de mudança neste novo período, conforme Lorenzoni (1975) descreve: “a maior parte dos colonos já está folgada; começa a substituir as casas primitivas de madeira, por lindas casas de pedra, ou tijolos, grandes e espaçosas” (p. 207), casas estas que puderam ser preservadas, e muitas ainda compõem a paisagem que conhecemos atualmente como o centro da cidade.

Durante o período pós-emancipação, a presença dos cônsules italianos na região não cessou, tendo em seus relatos informações que também nos ajudam a compreender esta transformação na paisagem. No ano de 1904 o cônsul Luigi Petrocchi cita a situação dos edifícios da vila:

Na vila há dois edifícios públicos: a estação telegráfica e a prefeitura, onde estão instaladas a intendência, a guarda e a cadeia. Há 184 casas particulares, das quais 80 são de madeira, 23 de pedra e as demais de tijolos. (*in* FONTANELLA, 1994, p. 61)

Um dos pontos principais do relato é a presença do edifício da atual prefeitura, à época intendência, este que foi inaugurado no ano de 1901 na área central da vila e permanece até hoje sendo utilizado pela administração do município. Na fotografia abaixo, já da segunda década do século XX, podemos ver o edifício da intendência no canto direito da foto, e no canto esquerdo o prédio da igreja que mantém-se no mesmo local em relação ao fim do século XIX:



FOTOGRAFIA 3: Vista Oeste-Leste do Centro (1912-1922)
Fonte: Acervo do Museu do Imigrante de Bento Gonçalves

Podemos ver no relato do cônsul acima, que no ano de 1904 a situação das casas ainda permanecia a mesma do final do século anterior, porém no relato de 1908 o cônsul Francesco de Vluttis descreve a organização como: “no município há 2.584 casas particulares, das quais 561 de alvenaria. Na cidade há 184, das quais 104 em pedra” (*in* FONTANELLA, 1994, p. 122). Neste relato podemos verificar a virada em relação ao tipo das construções citada por Lorenzoni, onde as casas de pedra se tornam maioria em comparação às de madeira.

Na fotografia acima ainda podemos visualizar a rua Júlio de Castilhos com seu traçado definido, iniciando ao centro em direção ao fundo da foto, bem como a rua Dr. Antunes, no centro da foto na parte inferior. Também é possível perceber algumas construções, principalmente na parte direita inferior da fotografia, com sua fachada voltada para a atual rua Barão do Rio Branco. Outro ponto que se destaca é a continuidade de uma maior concentração de edificações nas ruas Marechal Deodoro e Saldanha Marinho, seguindo a mesma configuração da colônia, porém já com uma maior quantidade de construções em áreas que antes eram de plantação ou simplesmente desocupadas, como também podemos verificar nas fotografias abaixo:



FOTOGRAFIA 4: Vista Norte-Sul do Centro (1906)
Fonte: Acervo do Museu do Imigrante de Bento Gonçalves



FOTOGRAFIA 5: Vista Sul-Norte do Centro (1909-1922)
Fonte: Acervo do Museu do Imigrante de Bento Gonçalves

Na fotografia 4 temos uma vista mais aproximada da rua principal, podendo assim observar a organização deste espaço, a reconfiguração dos prédios, já construídos em pedra/alvenaria, e também a igreja com sua fachada pronta após as primeiras reformas. Além destes pontos é possível verificar os limites do centro ao fundo, na parte mais ao sul da localidade. A fotografia de número 5 nos traz uma

vista mais ampla do centro na segunda década do século XX, quando a organização do espaço já se parece bastante com a que conhecemos atualmente, nos dando a referência mais completa para a construção de uma aproximação do Centro de Bento Gonçalves no início do século XX:



MAPA 2: Aproximação da organização do Centro de Bento Gonçalves no início do século XX
Fonte: produzido pelo autor

O mapa acima segue o modelo do executado anteriormente na primeira parte do capítulo, lembrando que as localizações e dimensões dos edifícios não contam com um grau de precisão elevado. Para este período não conto com uma descrição rica como a de Lorenzoni no recorte anterior, portanto a classificação dos usos não foi adicionada ao mapa. Porém, levando em consideração a permanência da

característica até a atualidade, é possível afirmar com certo grau de segurança que a principal ocupação da região era de comércio e serviços.

Observando o mapa percebe-se a expansão da área, contando com novas vias já consolidadas, além da quantidade maior de edifícios, com sua concentração nas duas ruas principais. Contudo, nota-se uma presença bastante significativa de construções nas demais vias, principalmente para o oeste, característica que podemos verificar também nas fotografias. Outro ponto que chama a atenção é o aumento na quantidade de edifícios construídos nesta época que permanecem preservados no inventário de 1996 — grande parte ainda preservados atualmente.

Definidas, pela construção dos mapas, as áreas de ocupação nos períodos de interesse, bem como verificados os pontos de destaque em ambas: na primeira a presença da igreja em sua localização atual, o antigo cemitério, as ruas Saldanha Marinho e Marechal Deodoro com seus traçados já definidos, além das ocupações de cada região. Já na segunda foi possível observar o crescimento deste centro, o aumento no número de construções, sendo estas preservadas em maior número do que no período anterior, bem como a definição de novas vias. Agora, com estas definições, é possível a análise proposta como centro desta pesquisa. Desenvolvo no próximo capítulo, então, o diagnóstico do potencial arqueológico deste centro urbano.

4. O POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DO CENTRO DE BENTO GONÇALVES

O conhecimento histórico e as fontes históricas vêm sendo o principal suporte para a pesquisa e análise até o momento. Oliveira (2005) destaca como o “conhecimento histórico sobre a ocupação da região é um importante indicador na identificação de áreas com potencial arqueológico” (p. 177). Este conhecimento, além de ser central para a análise, também impõe a ela suas limitações, principalmente no que trata das fontes. O conhecimento histórico e as fontes se tornam raras “para o momento anterior à urbanização, tanto em relação à ocupação europeia como indígena” (OLIVEIRA, 2005, p. 179). No caso aqui analisado, essa raridade se dá em especial para a ocupação indígena, sobre a qual percebe-se uma ausência na historiografia. Por consequência desta ausência, o trabalho aqui desenvolvido propõe-se apenas a identificar os sítios de característica histórica. Esta inexistência de historiografia e, principalmente, de fontes para a produção da mesma ressalta a necessidade do desenvolvimento de estudos arqueológicos na parcela urbana da cidade, podendo, a partir das fontes materiais encontradas nestes, construir conhecimento sobre as populações que ocuparam este espaço em seu período pré-urbanização.

Apesar da limitação acima descrita, o conhecimento histórico se apresenta aqui como a base fundamental para a produção da carta de potencial arqueológico. Ao tratar deste tipo de estudo, Oliveira (2005) destaca como seu principal objetivo “apresentar o estado dos depósitos arqueológicos nos solos das cidades” (p. 6), sendo este um objetivo de investigação morfológica do solo. Porém, adequando-se ao caráter da pesquisa aqui apresentada, utilizo o modelo de Caino (2012): “nas áreas definidas como de interesse arqueológico não apresento a condição dos depósitos, apenas localizo as áreas de ocupação histórica” (p. 130), não fazendo parte deste modelo um inventário lote a lote.

Para o entendimento deste modelo devemos compreender inicialmente o conceito de estratigrafia, este que tem sua origem na geologia, e aplicado também para a análise arqueológica. O principal ponto do conceito que utilizaremos aqui é a “lei da sobreposição”, essa definida por Harris (1997) como:

In a series of layers and interfacial features, as originally created, the upper units of stratification are younger and the lower are older, for each must have been deposited on, or created by the removal of, a pre-existing mass of archaeological stratification.⁹(p. 30)

Este conceito em sua aplicabilidade arqueológica “is representative of time's cycle, because it is formed by the same, repetitive processes, i.e. deposition or degradation”¹⁰ (HARRIS, 1997, p. 42). Sendo possível analisar por meio da estratigrafia de uma escavação, ou do processo de formação de uma cidade, “as sucessivas camadas de História ali depositadas, sob o solo e sobre o solo” (TOCCHETTO; THIESEN, 2007, p. 176). A importância da exploração do conceito se apresenta pois são estas camadas estratigráficas que procuro aqui identificar na carta de potencial arqueológico.

O conceito conforme desenvolvido acima tem caráter de verticalidade, porém, bem como desenvolve Caino (2012):

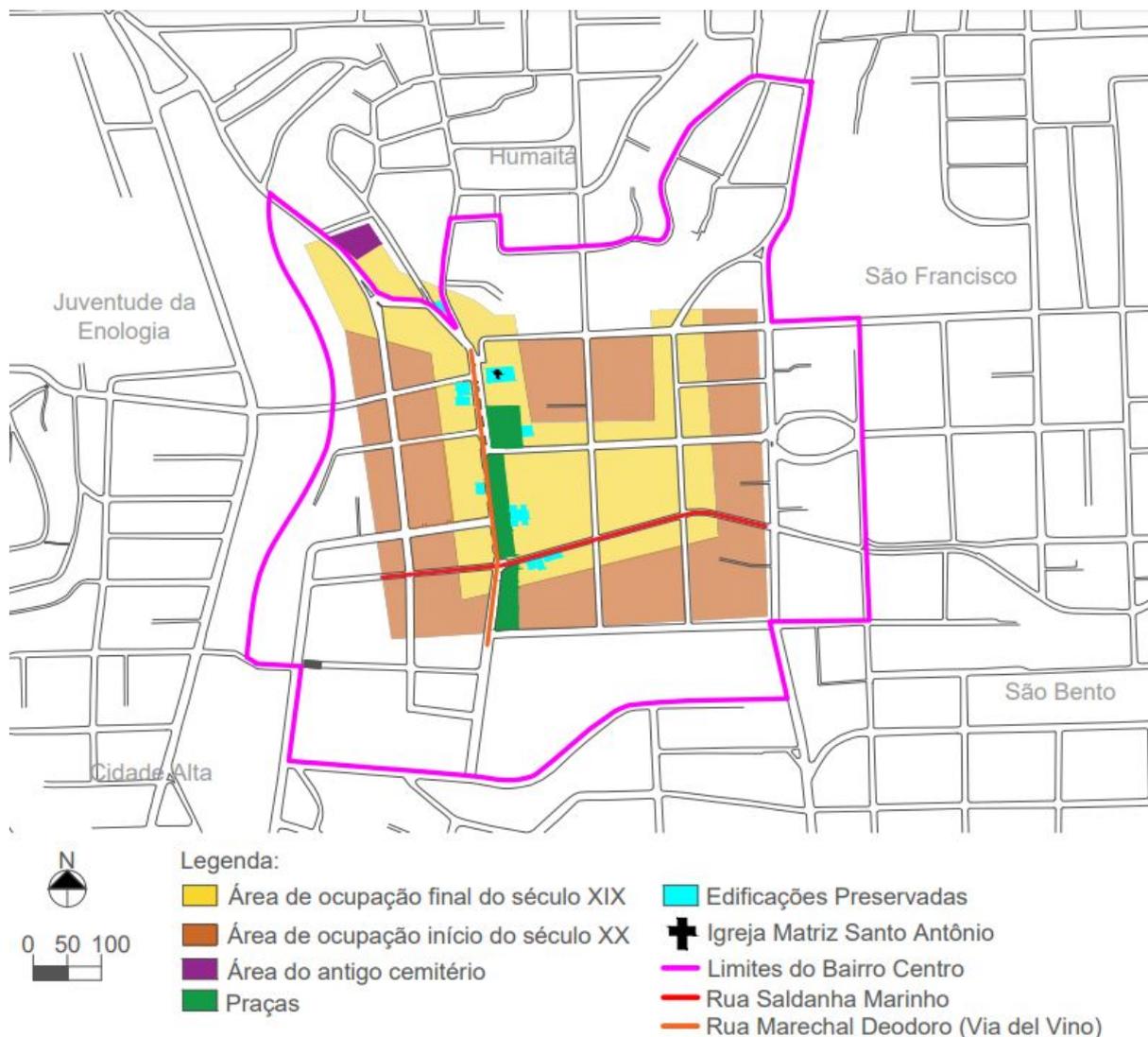
A analogia estratigráfica, ainda que tenha um caráter vertical por natureza, quando posta sobre um mapa gerou a sobreposição horizontal de polígonos correspondentes às áreas ocupadas por cada uma das plantas históricas analisadas. (p. 130)

A metodologia de sobreposição de plantas históricas utilizada pelo autor é o que dá origem também à carta proposta, porém, neste caso, a sobreposição será efetuada utilizando os mapas produzidos no capítulo anterior. Procuro aqui, então, localizar duas estratigrafias na malha urbana atual do Centro de Bento Gonçalves. Ressalto que as estratigrafias identificadas não esgotam o potencial da área, porém as demais não são o foco da pesquisa aqui proposta, como as estratigrafias de ocupação pré-colonial, as quais podem ser exploradas por meio de futuras escavações. As estratigrafias aqui apresentadas são: a primeira do final do século XIX, referente ao início da colonização e a segunda do início do século XX, onde o

⁹ T.A.: “Em uma série de camadas e elementos interfaciais em seu estado original, as unidades de estratificação superiores são mais recentes e as inferiores são mais antigas, cada uma deve ter sido depositada sobre, ou criada pela remoção, de uma massa de estratificação arqueológica preexistente.”

¹⁰ T.A.: “Representa o ciclo do tempo, porque é formado pelos mesmos processos repetitivos, isto é, deposição ou degradação.”

bairro Centro passa a tomar sua forma atual. Na carta abaixo temos o resultado da sobreposição:



MAPA 3: Carta de Potencial Arqueológico do Centro de Bento Gonçalves

Fonte: Produzido pelo autor

No ANEXO A do trabalho, a carta acima foi sobreposta à imagem de satélite da área, sendo georreferenciado por meio de coordenadas decimais (DD) algumas das posições destacadas, com o intuito de auxiliar o pesquisador que venha a utilizar a carta para possíveis estudos futuros. A referência da malha urbana utilizada para produção da carta acima é a malha oficial disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPURB) do município de Bento Gonçalves, sendo esta a base que é utilizada como referência para a produção de políticas públicas referentes ao urbanismo da cidade, potencializando a utilização da carta acima para

produção das mesmas, sob a perspectiva de uma arqueologia *para* a cidade, como tratado anteriormente.

Representou-se, então, sobrepondo as cartografias as áreas de ocupação nos recortes temporais aqui estudados, esta representação como informado anteriormente, trata-se de uma maneira horizontalizada de localizar as possíveis estratigrafias referentes ao período estudado.

O estrato mais antigo identificado, por consequência o mais profundo, está representado pela região em amarelo no mapa, enquanto o segundo, já mais recente, sobrepõe-se ao amarelo e demonstra o crescimento da área de ocupação central, avançando para a área representada em marrom no mapa. Vale ressaltar que as áreas aqui não identificadas como de ocupação não estavam necessariamente sem construções ou utilização, porém identifiquei aqui as regiões onde a densidade de ocupação era maior e relacionada à sede da colônia, posteriormente ao centro da cidade.

Duas ruas ganham destaque na análise aqui proposta: a Rua Saldanha Marinho, representada em vermelho no mapa, e a Rua Marechal Deodoro, ambas sendo os principais eixos de desenvolvimento do centro apontados na análise elaborada no capítulo anterior. Destaco as vias aqui pois, segundo Oliveira (2005): “Com exceção das grandes vias expressas onde a construção gera grandes alterações no solo, as ruas se mantêm com pouca perturbação” (p. 168), representando assim locais de grande potencial para o encontro de vestígios arqueológicos. Porém, estes não costumam ser do tipo mais comum buscado pela arqueologia histórica, como louças e vidros, mas sim, vestígios relacionados à própria gênese da cidade, conforme também destaca Oliveira (2005):

A probabilidade maior está em encontrar-se encanamentos e antigos pisos. Deparar-se, em uma intervenção, com canalizações de esgoto, água, energia elétrica, gás, entre outras, é inerente ao trabalho arqueológico nas ruas, pois é uma característica do meio urbano. Os encanamentos fazem parte da cidade tanto quanto as praças, os prédios e as calçadas. Ignorá-los ou entendê-los como perturbações é um equívoco, pois eles são parte do registro arqueológico. Observar as diversas canalizações pode elucidar algumas questões, inclusive, no reconhecimento de padrões usados na instalação desses serviços, apontando áreas onde eles não se encontrem.

Desta forma, torna-se importante registrar as suas características, orientação, localização, dimensões, etc. As canalizações devem ser percebidas como partes da infra-estrutura ligadas à organização da sociedade urbana. As instalações de esgoto cloacal, por exemplo, estão relacionadas, entre outras, com mudanças nas preocupações de higiene e sanitização da cidade, que resultaram em alterações no cotidiano doméstico, com a extinção dos cubos de materiais fecais, dos urinóis, e com a instalação de banheiros. (p. 151-152)

Vale aqui destacar que as duas ruas apontadas na representação mantém a base de seu traçado desde os períodos estudados até a atualidade, sendo possível identificar nelas a potencialidade relatada acima pelo autor.

Outra área que ganha destaque na representação do potencial arqueológico é a zona do antigo cemitério, representada em roxo na região mais ao norte da área de estudo. Ainda segundo Oliveira (2005):

A pesquisa arqueológica em cemitérios fornece dados para o conhecimento das populações do passado, suas doenças e epidemias, e permite estudar os gestos e as práticas funerárias. O esqueleto, guarda em si muito da história vivenciada pelo indivíduo, como ocorreu seu crescimento, se houve algum momento de stress, o tipo de dieta, patologias orais, as condições sanitárias em que viveu, entre outros. (p. 155 - 156)

Tais características são apresentadas pelo autor para o estudo nos cemitérios encontrados em sua área de pesquisa, uma das peculiaridades do caso aqui proposto é o fato de o cemitério ter sido removido da localidade, reduzindo o potencial de estudos na área, porém como podemos observar na fotografia abaixo:



FOTOGRAFIA 6: Zona do Antigo Cemitério em 2019.

Fonte: produzida pelo autor

A região onde se localizava o cemitério conta com diversos tipos de ocupação. Na área onde encontra-se um edifício residencial podemos considerar o potencial inexistente, por seu grande impacto ao subsolo, porém, na região mais à esquerda da fotografia, vemos uma zona onde existem construções de menor impacto, como o estacionamento, nos abrindo a possibilidade de existência de vestígios enterrados da presença do cemitério na localidade antigamente.

Em verde no mapa estão destacadas as praças, na totalidade de três na área de estudo, em ordem do sul para o norte: mais abaixo na imagem está a Praça Valter Galassi, em seguida a Praça Via del Vino e, por último, a Praça Dr. Bartholomeu Tacchini. Quanto à potencialidade nestas áreas, aplicando a classificação de Oliveira (2005), podemos identificá-las como regiões de uso público, áreas de lazer, considerando-as com alto grau de preservação do solo, portanto de grande potencial para pesquisas arqueológicas. (Ibidem, p. 168)

Por último destaco aqui as construções preservadas das levantadas no capítulo anterior, na carta de potencial representadas pela cor ciano, e foto referenciadas no ANEXO B deste trabalho. Oliveira (2005) também destaca esta classificação para o potencial:

(...) as edificações também oferecem possibilidades à pesquisa arqueológica, devendo ser entendidas como artefatos que compõem a cultura material de um grupo, em um determinado período, mas

que podem durar mais que a própria sociedade que a construiu. (p. 171)

A arquitetura preservada destes edifícios nos traz diversas possibilidades de abordagem, tanto pela Arqueologia da Arquitetura. Como destaca Caino (2012), “tratando-a portanto enquanto materialidade vinculada a práticas e intenções de seus construtores e ocupantes, e nessa perspectiva qualquer edificação, de qualquer tempo, pode ser analisada e interpretada em termos arqueológicos” (p. 132). De uma forma a analisar a construção em suas particularidades, dando uma nova leitura ao patrimônio cultural já explorado no município, o analisando sob a ótica da arqueologia.

Ainda conforme tratado anteriormente, é possível abordar estas construções de maneira a visualizar o contexto onde estão inseridas, utilizando-se de uma Arqueologia da Paisagem, esta definida por Morais (2007) como:

uma estratégia de investigação para o estudo dos processos sociais em sua dimensão espacial, reconstruindo e interpretando a evolução da paisagem arqueológica e os padrões de assentamentos a partir das expressões materiais da cultura. (*apud.* JÚNIOR, 2013, p. 68)

Dentro deste campo, o entendimento é de que a formação da paisagem urbana “se dá pela somatória e interação de todos os componentes culturais e ambientais concentrados nesse espaço ao longo do tempo” (MANGUEIRA, 2018, p. 19), sendo o patrimônio edificado parte remanescente da formação desta paisagem.

Remeto agora ao primeiro capítulo onde tratei sobre a formação da identidade de Bento Gonçalves em relação à imigração italiana, conforme Sousa (2017) destaca:

A relação estabelecida entre o patrimônio e as pessoas é sem dúvida essencial, porque no patrimônio está explícita a herança cultural de cada povo e sociedade. A memória está associada a essa dinâmica da relação existente entre patrimônio e identidade cultural da coletividade social. (p. 40)

Característica que não escapa a cidade que aqui estudo. Como apresentei ao iniciar o trabalho, a narrativa contada pelo espetáculo Epopéia Italiana, que tem

como público-alvo turistas, termina em uma réplica do centro da Colônia Dona Isabel, representando a forte relação deste espaço com a identidade ali representada. Porém, quando tratamos da população local, pouco é explorada a presença do patrimônio em relação à sua identidade, por isso destaco aqui a potencialidade para o desenvolvimento de práticas de Arqueologia Pública na exploração da área aqui diagnosticada.

Este potencial se expressa especialmente nos dois últimos tipos de espaço tratados acima, as praças e o patrimônio edificado. No primeiro, como tratei anteriormente, classificado como espaço público, são locais de acesso democratizado, onde uma possível prática arqueológica iria chamar a atenção de um grande número de pessoas, dando margem para o desenvolvimento de atividades educacionais relacionadas a este tipo de patrimônio. Bem como o patrimônio edificado, que se faz presente diariamente na vivência da população que circula pela área, e para muitos passa como despercebido, possibilitando também esta conexão entre o patrimônio e a identidade, por meio de práticas educativas.

Vejo a prática deste tipo de atividade não somente como uma potencialidade, mas também como uma necessidade, visto que alguns dos objetivos da aplicação de uma Arqueologia Pública são:

dialogar e interagir com a sociedade, em seu processo de socialização do conhecimento arqueológico pode trabalhar para motivar grupos sociais de resgate, salvaguarda e preservação do patrimônio arqueológico regional, fortalecendo os vínculos culturais, proporcionando às comunidades o desejo de assumir medidas de conservação, proteção e gestão relacionadas às conexões com seus patrimônios. (SOUSA, 2017, p. 20)

Ao produzir conhecimento utilizando-se desta perspectiva, podemos, além de democratizar o acesso ao mesmo, defender o patrimônio arqueológico que está em acelerado processo de destruição na área urbana da cidade, sem resistência por parte da população ou poder público, o segundo que por muitas vezes tem interesse nesta destruição, justificada por interesses econômicos. A informação apresenta-se como a melhor maneira para engajar a população na luta pela defesa do patrimônio.

5. CONCLUSÃO

A arqueologia, por muito tempo, não deu atenção às cidades. O interesse por este tipo de local é algo ainda recente para o campo, algo visível ao compararmos o número de estudos deste modelo com a quantidade e variedade de estudos relacionados a sítios externos ao ambiente urbano. Um dos reflexos é a ignorância na grande parte das cidades para com a preservação do patrimônio arqueológico presente em seus ambientes urbanos, na maioria dos casos sendo totalmente deturpado ou destruído pela construção civil contemporânea.

A pesquisa desenvolvida ao longo do último semestre teve como objetivo central compreender a evolução do centro urbano da cidade de Bento Gonçalves, localizando as áreas das primeiras instalações ocupadas pelos imigrantes italianos, percebendo a potencialidade da presença de vestígios arqueológicos. Tendo como sua principal motivação a acelerada modificação deste centro, que a cada ano perde parte de sua característica histórica e arqueológica, se fazendo necessário a tomada de ações para sua preservação.

Ao longo do processo foi destacada a presença latente do fenômeno da imigração italiana para região para a formação da identidade do município e de sua população. É possível verificar as relações estabelecidas entre a memória imigrante com a identidade local, bem como suas explorações no cotidiano: sejam para o turismo ou para a construção civil, a qual se aproveita por vezes da relação do patrimônio cultural com a população para promover uma destruição travestida de preservação.

Ainda sobre a identidade desta população, foi possível observar alguns dos pontos centrais utilizados na construção da mesma. A primeira relacionada às dificuldades que o imigrante enfrentou nos primeiros anos da colonização da área, que acabou criando um mito de “superioridade” do italiano para o trabalho, trazendo seus reflexos até a atualidade. A segunda com relação à vitivinicultura, uma das principais atividades econômicas da região na atualidade, onde criou-se uma narrativa de naturalidade do cultivo da videira para o colono italiano, como algo inevitável. O terceiro ponto levantado é o do sucesso econômico e crescimento acelerado da região, que muito se associa à primeira característica de uma narrativa

de aptidão para o trabalho, porém vê-se uma forte relação do crescimento com o aumento populacional. A última característica foi a religião católica, que tem como seu reflexo um elevado conservadorismo na região, bem como a narrativa da força da fé do imigrante, porém, como é possível observar, o clero brasileiro passava por diversos problemas na época da colonização, demonstrando outro ponto de construção da narrativa.

Ao estudar a espacialidade do local, foi possível observar alguns dos pontos centrais do desenvolvimento urbano do centro da cidade. Inicialmente, no final do século XIX, ainda antes da emancipação da localidade, a colônia se desenvolvia com algumas características da atualidade já definidas, como a localização da igreja matriz, sendo esta um dos pontos de referência para o desenvolvimento da cidade. Também é possível observar, neste primeiro recorte, uma definição prévia do traçado de duas ruas onde se concentravam o maior número de edificações, a rua Saldanha Marinho e a rua Marechal Deodoro, tendo estas características de grande importância até a atualidade.

Em um segundo recorte, ao início do século XX, quando a cidade já havia se emancipado, foi possível verificar a modificação na característica das construções do centro, passando-se para um modelo mais semelhante ao da atualidade. Deste período data grande parte do patrimônio edificado que está preservado até a hoje na região, bem como tomam forma as demais vias principais do centro da cidade, como por exemplo a rua Júlio de Castilhos, além da expansão dos limites do centro, e o aumento no número de edificações.

Por fim, ao analisar-se o potencial arqueológico desta área, podemos verificar diversos pontos de interesse, destacando inicialmente as ruas acima citadas. Estas se apresentam como os principais eixos da evolução urbana da área de estudo e, tendo elas mantido a base do traçado original, encontra-se nestes locais grande potencialidade para a presença de vestígios sobre a gênese da cidade. O segundo ponto de destaque do potencial é a região do antigo cemitério, este que havia sido estabelecido ainda na época da colônia e permaneceu no local até a década de 1920, tendo sua remoção deixado uma possibilidade de encontro de vestígios de enterramentos, principalmente em áreas onde o subsolo pouco foi modificado.

Destaco também o potencial de encontro de vestígios nas três praças que estão presentes na área de estudo, sendo estas relacionadas a sua característica de área pública e de lazer, onde poucas são as intervenções no solo, mantendo grande parte da configuração original. O último ponto de potencial trabalhado são as edificações preservadas, que além de preservarem seu subsolo intocado, nos apresentam a possibilidade de observá-las sob a ótica arqueológica de bens em superfície, como a Arqueologia da Arquitetura ou a Arqueologia da Paisagem.

O último ponto desenvolvido no trabalho foi a potencialidade da região para o desenvolvimento de práticas relacionadas à Arqueologia Pública, com o objetivo de tomar a população como aliada na preservação do patrimônio arqueológico e cultural da região. Esta característica destaco como essencial para os projetos desenvolvidos na região posteriormente, pois como defendi acima, a principal motivação para o desenvolvimento desta pesquisa vem da necessidade da tomada de ações para defesa do patrimônio na localidade, a qual pode ganhar grande força ao contar com o apoio da população local.

O trabalho que aqui desenvolvi teve como seu eixo central a imigração italiana e a memória presente deste fenômeno, seja nas fontes ou na historiografia local, porém, para finalizar, repito a citação: “a arqueologia é capaz de dar voz às ‘maiorias silenciosas’ que estão representadas nos registros materiais” (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008, p.19). Com ela, destaco a necessidade que se apresenta do desenvolvimento de estudos arqueológicos neste centro urbano, para que além do encontro de uma materialidade relacionada ao fenômeno da imigração, seja construído o conhecimento sobre as populações que ocuparam este espaço no período pré-colonial. Atualmente estas populações se encontram ausentes da historiografia ou do discurso oficial do município, e vejo na arqueologia, conforme os autores acima, a potencialidade de dar ouvidos a essa presença que permanece ignorada.

REFERÊNCIAS

- ASTON, Michael, **Interpreting the Landscape: Landscape Archeology and Local History**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1997.
- BERGAMASCHI, Heloísa D. E. **Propriedade: identidade e cultura regional**. *in* GIRON, L. S.; RADÜNZ, R. (Org.). *Imigração e Cultura*, Caxias do Sul - RS: EDUCS, 2007, p. 17-36
- CADASTRO NACIONAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS (CNSA). Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1699>. Acesso em: 26 jun. 2019.
- CAINO, Jonathan Santos. **Potencial Arqueológico de Cruz Alta: propostas para uma arqueologia da cidade**. 2012. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas - RS.
- CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves 1875 a 1930** - Bento Gonçalves: VISOGRAF; Porto Alegre: CORAG - Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas, 2005
- DE PARIS, Assunta. **Memórias: Bento Gonçalves - RS - Fundamentação Histórica** - Bento Gonçalves: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves: Arquivo Histórico Municipal. 2.ed. 2006.
- DREHER, Martin. **Imigração e Religião no Rio Grande do Sul do século XIX**. *in* GIRON, L. S.; RADÜNZ, R. (Org.). *Imigração e Cultura*, Caxias do Sul - RS: EDUCS, 2007, p. 191-203
- FONTANELLA, Marta Helena (Col.). **Relatórios Consulares Sobre as Colônias Dona Isabel e Conde D'Eu 1876 a 1913** - Bento Gonçalves: Fundação Casa das Artes, 1994.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; POLONI, Rita Juliana Soares. **Arqueologia urbana: trajetória e perspectivas**. - *Revista do Arquivo Municipal, Arquivo Histórico de São Paulo*, ano 80, 2014, volume 205, pp. 137-154.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. **Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil** - *HISTÓRIA*, São Paulo, 27 (2): 2008.
- GALINIÉ, Henr; ROYO, Manuel. **"A Arqueologia à Conquista da Cidade"**. *in*: BOUTIER, J. & JULIA, D. (org.). *Passados Recompostos: Campos e Canteiros da*

História: Editora UFRJ, 1998. p. 261 - 270.

GRIGOLETO, Maria Cristina. **A documentação patrimonial: gênese e fluxo dos processos de tombamento do Museu “Prudente de Moraes”**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília - SP.

HARRIS, Edward C. **Principles of archaeological stratigraphy** - 2. ed. - Londres, St Edmundsbury Press Limited, 1997.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário do Patrimônio Cultural de Bento Gonçalves**. Porto Alegre: IPHAN, 1996.

JÚNIOR, Valdeci dos Santos. **Arqueologia da paisagem: proposta geoambiental de um modelo explicativo para os padrões de assentamentos no Enclave Arqueológico Granito Flores, microrregião de Angicos (RN)**. 2013. Tese (Doutorado Arqueologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife - PE.

KHÜN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul** - 2. ed. - Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LÍNGUA TALIAN. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/183/>. Acesso em 09 de Setembro de 2019.

LORENZONI, Júlio. **Memórias de um Imigrante Italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MANGUEIRA, Renato Silva. **Cartas Arqueológicas para a Cidade de São Paulo: estabelecimento de modelo de potencial para a preservação de bens arqueológicos**. 2018. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP.

Ministério da Agricultura, Ministro (Affonso Augusto Moreira Penna). **Relatório do Anno de 1883 Apresentado à Assembléia Geral da 4ª Sessão da 18ª Legislatura**. Brasil, 1884.

MOCELLIN, M. C.; MINCATO R. **Igreja Católica e formação político-cultural de elites regionais**. in GIRON, L. S.; RADÜNZ, R. (Org.). Imigração e Cultura, Caxias do Sul - RS: EDUCS, 2007, p. 205-220

OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de. **Um Estudo em Arqueologia Urbana: A Carta de Potencial Arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre**. 2005. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS.

POLLAK, Michael, **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3 - 15.

POMMER, Roselene Moreira Gomes. **Missioneirismo: a produção de uma identidade regional**. 2008. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade do vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo - RS.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Patrimônio e Museu: história e memórias da cidade**. Anos 90, Porto Alegre, n.14, 2000, p. 23 - 37.

REGIÕES PRODUTORAS. Instituto Brasileiro do Vinho - IBRAVIN. Disponível em: <https://www.ibravin.org.br/Regioes-Produtoras>. Acesso em 19 de setembro de 2019.

SOUSA, Laize Carvalho de. **Arqueologia Pública e sua Práxis Social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí, Teresina - PI.

STASKI, Edward. **Living in Cities Today** - Historical Archaeology, 2008, 42(1):5–10.

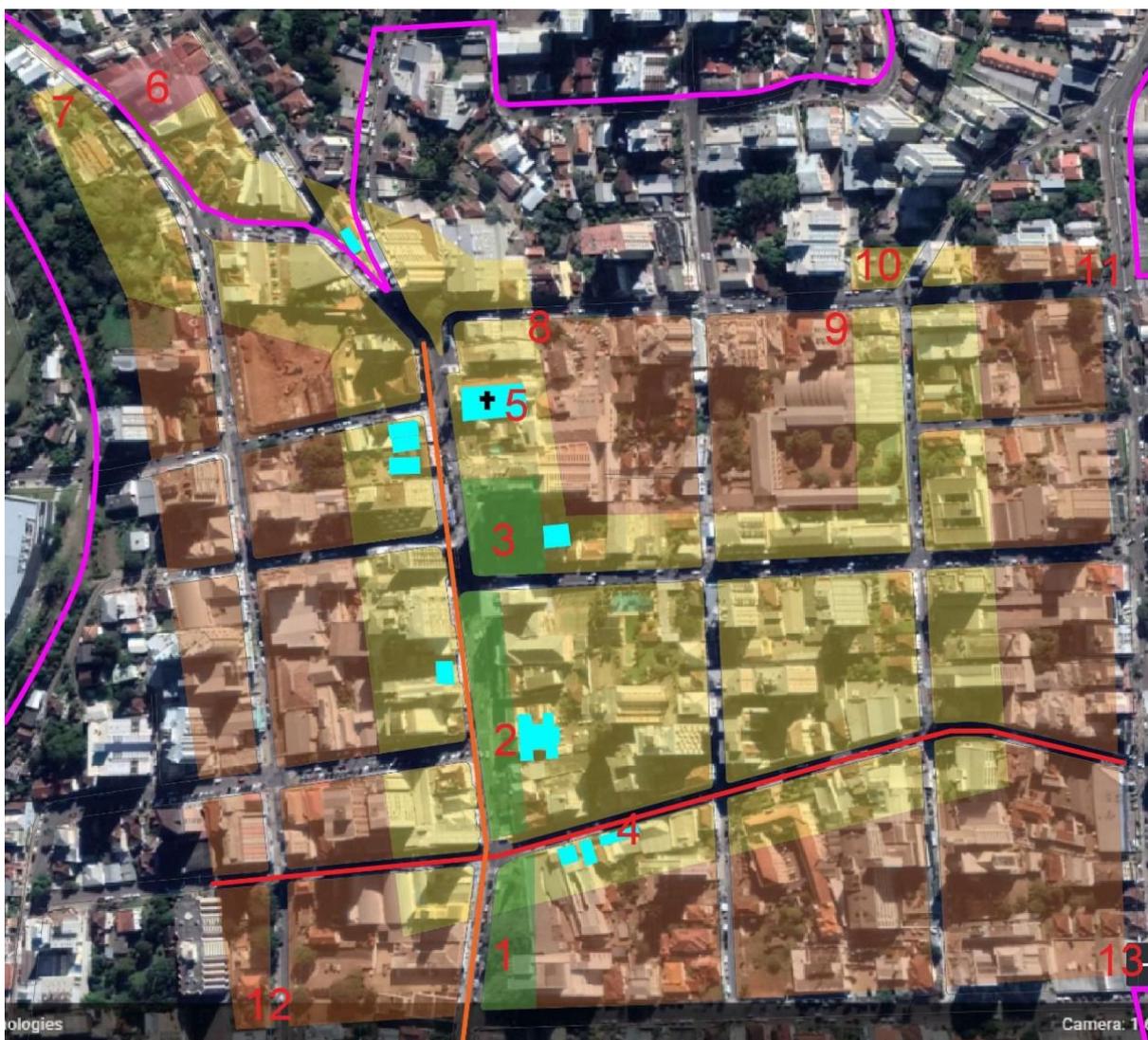
TESSARO, Piero Alessandro Bohn. **Pedaços de uma Paulicéia Espalhados pela Urbe: musealizando uma arqueologia com a cidade**. 2013. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP.

THIESEN, Beatriz Valadão. **As Paisagens da Cidade: arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS.

TOCCHETO, Fernanda; THIESEN, Beatriz. **A memória fora de nós. A preservação do patrimônio arqueológico em áreas urbanas**. In: LIMA, Tânia Andrade (Org.). Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. No 33. Brasília: IPHAN, 2007.

ANEXOS

**ANEXO A - GEORREFERENCIAMENTO DA CARTA DE POTENCIAL
ARQUEOLÓGICO DO CENTRO DE BENTO GONÇALVES**



1: -29.167982, -51.517064
 2: -29.166783, -51.517139
 3: -29.165667, -51.517115
 4: -29.167273, -51.516427

5: -29.164860, -51.517020
 6: -29.162343, -51.520315
 7: -29.162779, -51.520741
 8: -29.164438, -51.516896

9: -29.164390, -51.514923
 10: -29.164182, -51.514605
 11: -29.164189, -51.513151
 12: -29.168381, -51.518985
 13: -29.168203, -51.513085

Georreferenciamento por grau decimal (DD)

Fonte: produzido pelo autor

ANEXO B - FOTO LEVANTAMENTO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Fonte: produzido pelo autor



LEGENDA: 1

Fonte: produzido pelo autor



LEGENDA: 2
Fonte: produzido pelo autor



LEGENDA: 3
Fonte: produzido pelo autor



LEGENDA: 4
Fonte: produzido pelo autor



LEGENDA: 5
Fonte: produzido pelo autor



LEGENDA: 6
Fonte: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/gabinete-do-prefeito>>



LEGENDA: 7

Fonte: produzido pelo autor



LEGENDA: 8

Fonte: produzido pelo autor